



Índice

- 01** Índios Kaapor sofrem com ação de madeireiros
- 02** "Sob ameaça: Indígenas do Amazonas relatam pressão da PF para assumir desaparecimento", por Elaíze Farias
- 03** Projeto propõe criação de Centros de Integração Federal Quilombola
- 04** Projeto propõe criação de Centros de Integração Federal Quilombola
- 05** Em RR, indígenas ocupam Secretaria do Índio e pedem saída de gestor
- 06** "Por que uma vaca vale mais que um índio"
- 07** Brigada de Solidariedade aos povos Guarani Kaiowá
- 08** Maestro cria 1ª orquestra formada por descendentes de escravos do país
- 09** Desarmem os índios! Desarmem os ânimos!
- 10** Tentativa de Homicídios na Fazenda Morro Preto, em Verdelândia – MG, contra Comunidade Quilombola Nativa do Arapuim
- 11** UFRPE aprova projeto de R\$ 930 mil para pesquisa sobre inseticida ecológico em comunidades quilombolas de Pernambuco e do Amazonas
- 12** Comunidades Quilombolas registradas no Estado do Rio de Janeiro
- 13** Quilombolas de Brejo Grande inauguram casa da farinha coletiva
- 14** Feridos em confusão na cidade de Verdelândia são membros de comunidade



quilombola

- 15** violação do direito quilombolas na Comunidade do matafome
- 16** Incra deve remover ocupantes de reserva indígena para assentamento
- 17** Funed abre inscrições para Colônia de Férias na reserva indígena
- 18** Índios guarani são presos por tráfico de drogas entre Caarapó e Amambai
- 19** Ministro da Saúde visita aldeia indígena Zo'é, em Óbidos
- 20** Fechada empresa de Segurança acusada de matar cacique
- 21** Indígena é encontrada morta na aldeia Bororó
- 22** Índios Terena do MS são destaque em livro internacional sobre Educação em Ciências
- 23** Depoimento de Nilcélio Jiahui e de outras lideranças do Povo sobre a situação no sul do Amazonas
- 24** I Encontro de Jovens Indígenas do Ceará, entre 07 e 09 de fevereiro
- 25** Ativistas prestam solidariedade ao povo Guarani Kaiowá
- 26** Lei cria política estadual de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais
- 27** Incra deve remover ocupantes de reserva indígena para assentamento
- 28** Campanha tenta reduzir cáries entre indígenas
- 29** Meios comunitários aumentam consciência de indígenas e negros em Honduras
- 30** Indígenas se unem para pressionar Executivo por secretaria e diesel



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

-
- 31** [Com as mãos sujas de sangue, índios Tenharim negam o crime](#)
 - 32** [PF investiga arrendamento de terras indígenas demarcadas no RS](#)
 - 33** [Na elite do futebol, indígenas evitam lutas políticas no Pará e Equador](#)



Índios Kaapor sofrem com ação de madeireiros

SÍTIO CEDEFES, 17.01.2014

No último dia 07 de janeiro índios da aldeia Ximborendá da Terra Indígena Alto Turiáçu foram vítimas de violência atribuída a um grupo que fazia extração ilegal de madeira dentro da terra indígena.

Depois de terem sido informados da presença de um caminhão madeireiro dentro da Terra Indígena Alto Turiáçu, nas proximidades da Aldeia Ximboredá, um grupo de oito indígenas foi até o local, onde foram recebidos com tiros e coronhadas. Dois índios foram atingidos pelos disparos, um nas costas e o outro na perna.

Após tomar conhecimento do ocorrido, uma equipe da Coordenação Regional da Funai no Maranhão, com o apoio da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, deslocou-se até a região para checar a situação de violência contra os Kaapor e prestar auxílio às vítimas na realização de Ocorrência Policial e Exames de Corpo de Delito. A ação também teve a finalidade de afirmar ao povo que o Estado está ciente do ocorrido e se fará presente para garantir a integridade física dos indígenas evitando novas formas de violência.

Um ofício apresentando a certidão de Ocorrência registrada na Polícia Civil e os laudos dos exames foi encaminhado ao DPF e à Secretaria de Segurança Pública do Maranhão pedindo apoio aos Kaapor.

Fonte: FUNAI



"Sob ameaça: Indígenas do Amazonas relatam pressão da PF para assumir desaparecimento", por Elaíze Farias
SÍTIO CEDEFES, 17.01.2014

Sitiados desde 25 de dezembro, quando três não indígenas desapareceram, tenharim querem presença do ministro da Justiça em reserva cortada pela Transamazônica. Investigação termina esta semana

Há mais de 20 dias dois povos indígenas – os tenharim e os jiahui – que vivem em uma reserva do sul do Amazonas estão no centro de um conflito sem precedentes na sua história. Ameaçados e acusados pela população dos municípios de Humaitá e de Apuí de estarem envolvidos no desaparecimento de três homens não indígenas dentro da reserva, aproximadamente 900 tenharim e 100 jiahui, população estimada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), continuam sitiados nas suas aldeias desde o dia 30 de dezembro, após ficarem quase uma semana refugiados no quartel do Exército de Humaitá.

No dia 25 de dezembro, um grande protesto em Humaitá que resultou na destruição de prédios e veículos do governo federal assustou os moradores e provocou a retirada de indígenas de suas casas e de alojamentos para tratamento de saúde. Desde então, o único contato dos índios com pessoas de fora da aldeia ocorre por meio de um telefone público instalado na reserva. As exceções são os policiais federais, alguns jornalistas que entraram na reserva e funcionários do governo que foram enviados para acompanhar a situação.

A orientação é que os índios continuem na área, localizada à margem da BR-230 (Transamazônica), enquanto o clima de hostilidade não se aplaque e a Polícia Federal não conclua as investigações sobre o desaparecimento dos três homens. A investigação deve terminar nesta semana.

Por determinação judicial, as 13 aldeias tenharim e as duas jiahui (a maioria localizada próxima da rodovia) estão protegidas por agentes da Força Nacional de Segurança para que se evitem novos ataques aos indígenas. Sem acesso a alimentação (um veículo com alimentos foi destruído durante os protestos em Humaitá), os indígenas começaram a receber do governo federal cestas básicas no início desta semana. Agora aguardam atendimento médico, pois há muitos casos de doenças nas aldeias.

Aurélio Tenharim, 42, uma das lideranças indígenas, disse à RBA que a "situação continua na mesma". "Continuamos sem poder sair daqui. Sabemos que a tensão diminuiu um pouco, mas na última segunda-feira (13) houve um novo protesto na estrada depois que a gente informou que vai continuar cobrando o pedágio a partir de fevereiro."

O indígena é funcionário da coordenação regional da Funai de Humaitá e fez parte do grupo que se refugiou no quartel do Exército no dia 25 de dezembro. No dia 30, junto com outros 125

CONT.



indígenas, ele foi levado para a reserva em um ônibus do Exército. Atualmente, Aurélio está na aldeia Marmelos, a maior da terra indígena, onde passa o dia aguardando respostas das autoridades e participando de reuniões. À noite, ele e outras lideranças aproveitam a "folga" para visitar as famílias, em outras aldeias próximas.

Depoimentos

No último final de semana, Aurélio foi um dos 20 indígenas ouvidos pela Polícia Federal durante depoimentos ocorridos dentro da aldeia. Os testemunhos foram tomados sem a presença do advogado dos indígenas, Ricardo Albuquerque, que criticou a atitude da PF.

"Nos chamavam e ficavam perguntando se foi algum de nós que matou os 'homens brancos'. Ficavam nos pressionando. Disseram até que já existem provas para indiciar os índios. Mas por que eles não pegam outra linha de investigação? Querem nos culpar de qualquer forma", contou Aurélio.

Conforme o indígena, a PF adiantou que o envio do inquérito policial à justiça deve ocorrer nesta sexta-feira (17). A RBA procurou por email a Polícia Federal de Rondônia, que realiza as investigações na reserva, para saber sobre o andamento das investigações, sobre os depoimentos e se, de fato, há indígenas indiciados, mas não obteve retorno até a conclusão desta matéria.

Na última quarta-feira (15), o Ministério Público Federal do Amazonas entrou com uma ação civil pública pedindo medidas urgentes para serem adotadas na aldeia. O MPF também pediu na mesma ação uma indenização de R\$ 20 milhões em favor dos povos indígenas tenharim e jiahui como pagamento causado pelos impactos da rodovia Transamazônica (leia mais nesta matéria) no território indígena.

Inícios dos protestos

Os protestos da população de Humaitá e de cidades vizinhas contra os indígenas começaram durante um drama familiar: o desaparecimento do professor Stef Pinheiro de Souza, 43, funcionário da concessionária Eletrobrás Amazonas Energia, Aldeney Ribeiro Salvador, 40, e do comerciante Luciano Freire, 30. Eles desapareceram quando viajavam em um carro na rodovia 230 nas proximidades da aldeia Taboca. O registro do desaparecimento foi feito no dia 16 de dezembro (até o momento, a PF ainda não divulgou se encontrou os três homens ou seus corpos).

A Polícia Federal chegou a ir na aldeia tenharim dias depois, mas não apresentou resultados de investigação. Insatisfeitos com a falta de notícia, os familiares começaram a pressionar e a mobilizar a população em busca de respostas. No dia 25 de dezembro, uma grande manifestação ocorrida em Humaitá tomou a todos de surpresa, especialmente os indígenas que estavam na cidade. O ato foi considerado violento e houve registros de vandalismo, com destruição de bens públicos.

Durante a manifestação, prédios da Coordenação Regional da Fundação Funai e da Secretaria
CONT.



Especial de Saúde Indígena (Sesai) foram incendiados e depredados. Também foram destruídos todos os veículos e duas embarcações da Funai. Indígenas de diferentes etnias (tenharim, jiahui, parintintin) que estavam na cidade se viram obrigados a se refugiar no quartel do Exército de Humaitá durante quase uma semana e passaram a ser acusados coletivamente de serem os responsáveis pelo desaparecimentos dos três homens.

Mas o que inicialmente começou como um protesto contra a ausência de resposta sobre as investigações dos desaparecidos cresceu para uma revolta maior contra os indígenas, tendo como principal alvo a cobrança de pedágio ilegal na Transamazônica pelos tenharim. No dia 27 de dezembro, um novo protesto, desta vez iniciado no município de Apuí, com mais de 300 pessoas avançou na Transamazônica e alcançou algumas aldeias. As bases e as cancelas do pedágio foram destruídas.

Medidas de proteção aos indígenas foram tomadas e a Polícia Federal foi pressionada a intensificar as investigações sobre os desaparecidos. Buscas passaram a ser promovidas dentro da reserva e foi feito um acordo para que os indígenas suspendessem o pedágio durante as investigações.

Durante todo este período, os indígenas negaram ter envolvimento com o caso – diferente do que alegam as famílias dos três homens e a população das duas cidades. As suspeitas sobre eles teriam começado quando foi acenada a possibilidade de ter ocorrido uma represália dos indígenas após a morte de uma liderança, Ivan Tenharim, fato sempre negado pelos índios.

Com a repercussão, o governo brasileiro enfim interveio no caso, enviando uma comissão para dialogar com os indígenas na semana passada. Uma das medidas foi tentar convencer os indígenas a acabarem com o pedágio. A ultima reunião ocorreu na quarta-feira (15), quando representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Fundação Nacional do Índio (Funai) foram enviados à aldeia Marmelos.

Aurélio Tenharim afirmou que a proposta apresentada pelo governo na reunião do dia 15 não agradou. "Vieram aqui nos oferecer programas que já existem: Bolsa Família, licenciamento ambiental para atividades agrícolas, apoio na produção. Mas isso já faz parte do programa do governo. É uma obrigação dele. Falamos que esse tipo de coisa não substitui compensação."

O indígena disse que os tenharim e os jiahi querem uma bolsa compensatória que seja regulamentada em lei cujos valores sejam equivalentes aos R\$ 30 mil que os indígenas arrecadam com o pedágio mensalmente. Este valor é dividido entre as famílias. Na divisão, cada família indígena fica com R\$ 2 mil.

Eles voltaram a afirmar que querem a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na aldeia. Procurada, a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça disse que não há previsão de ida de Cardozo à reserva dos tenharim. A Funai também foi procurada para falar sobre a reunião do dia 14, mas não respondeu.

A cobrança do pedágio ocorre desde 2006 e sempre foi criticada pela população não indígena

CONT.



que circula na rodovia, especialmente os moradores dos municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí

Compensação

A Terra Indígena Tenharim tem 1.311.024 hectares e fica localizada em uma área de forte pressão do agronegócio e de atividade madeireira. Ela é dividida em três áreas: Tenharim-Marmelos, Tenharim-Igarapé Preto, Gleba B e Sepoti. Os indígenas jiahui vivem em uma reserva menor, na divisa com os tenharim. Estas duas etnias pertencem a um grupo étnico autodenominado Kagwahiva e são falantes de uma língua cujo tronco é tupi-guarani.

Há relatos de tenharim com data de três séculos atrás, mas os primeiros contatos com não indígenas ocorreram nos anos 1950. Foi apenas na década de 1970 que os indígenas sofreram impactos graves em suas organizações com a construção da Transamazônica, rodovia construída pelo regime militar e que fazia parte do projeto do governo da época de "colonizar" a Amazônia, medida justificada com ideia de que a região era "um vazio demográfico".

Sem licenciamento, a rodovia nunca permitiu aos indígenas tenharim e jiahui o direito de compensação ambiental. Foi quando em 2006 os indígenas decidiram cobrar uma taxa aos donos dos veículos que passavam pela rodovia. No entendimento dos tenharim e dos jiahui (etnia que quase foi extinta durante e depois as obras da Transamazônica) a taxa serviria como ressarcimento.

Aurélio Tenharim conta que trabalhadores e migrantes vindos do sul do país levaram doenças e causaram mortes. Ele diz que há também relatos de trabalhos forçados, mortalidade infantil e estupros de mulheres indígenas. Empresas mineradoras destruíram solo e ajudaram a reduzir a fauna que era utilizada como alimento dos indígenas.

Pressionados por críticos do pedágio, em 2007 os indígenas encomendaram um relatório a uma especialista no qual eles justificavam a cobrança (os recursos ajudaram a melhorar a vida dos indígenas, como atendimento à saúde e acesso à educação) e, ao mesmo tempo, apresentavam propostas para que as compensações fossem viabilizadas. Aurélio Tenharim conta que o relatório foi enviado à Funai mas o órgão nunca respondeu.

Ação civil pública

Na última quarta-feira, o Ministério Público Federal do Amazonas anunciou ter ingressado com uma ação civil pública pedindo da União e da Funai uma indenização de R\$ 20 milhões como reparação "pelas violações de direitos humanos dos povos indígenas kagwahiva tenharim e jiahui em decorrência dos danos permanentes da construção da Transamazônica em seus territórios, condenando-as a reparar os danos sofridos".

O procurador da República Julio José Araújo Junuier afirma que pretende mostrar "a desestruturação étnica provocada a esses povos em razão da construção da referida estrada e de sua existência no meio de um território que representa para os indígenas tenharim e jiahui muito mais do que um local de habitação física".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

A ação traz também outras demandas, com pedido de liminar, que devem ser cumpridas a curto prazo. Uma delas é que seja assegurada, com segurança, a presença dos indígenas em suas escolas e faculdades. A outra é que se promova em no máximo seis meses a instalação de polo-base específico da saúde indígena nas terras indígenas.

Em entrevista à RBA, o procurador da República Julio José Araujo Junior contou que a ação é resultado de um trabalho iniciado ano passado, com a instauração de um inquérito instaurado após visita dele na aldeia Marmelos. "Os impacto e a pressão econômica são muito grandes nos territórios deles. Há necessidade de políticas públicas para a área", disse o procurador.

Fonte: Por Elaíze Farias, especial para a RBA



Projeto propõe criação de Centros de Integração Federal Quilombola

SÍTIO CEDEFES, 17.01.2014

Unidades poderão ser criadas em todas as comunidades quilombolas do país e oferecerão serviços de educação, lazer, saúde e inclusão digital

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 113/2008 propõe a criação de Centros de Integração Federal Quilombola em todas as comunidades remanescentes de quilombos no país. Nesses centros, as comunidades terão acesso a educação básica e profissional, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de serviços de saúde e inclusão digital.

O projeto determina que o patrimônio desses centros será constituído, além daqueles bens adquiridos por conta própria, por doações da União, dos estados, dos municípios e de outras entidades públicas e particulares. A implantação de cada Centro ficará sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei 9.962/2000, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional.

O projeto, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), é chamado de "Quilombo do Amanhã" e, para o autor, será uma forma de garantir melhores condições de vida e capacidade de reestruturação a esse povo, além de promover a inclusão social dos quilombolas.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e está pronta para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após o parecer, será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Estado

No Espírito Santo, os quilombolas sofrem há anos um processo de exclusão e repressão. Embora a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68, garanta aos quilombolas a propriedade definitiva das terras que ocupam e a reprodução física e cultural de suas comunidades, afastados os constrangimentos e as ameaças, não é o que ocorre no País, nem no Estado, onde o conflito instalado principalmente pela Aracruz Celulose (Fibria) no território do antigo Sapê do Norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, relegou a essas comunidades uma situação de miséria e profundas dificuldades de subsistência. Além dos extensos eucaliptais, o território quilombola no Estado também é ocupado por empresas de álcool e fazendeiros, principalmente da pecuária extensiva.

Até hoje, os quilombolas não conseguiram reconquistar sequer um território no norte do

CONT.



Estado, embora processos de reconhecimento tenham sido iniciados. A demora na regularização da terra da comunidade de São Domingos, no município de São Mateus, pronto para julgamento desde janeiro de 2012, chamou atenção do Ministério Público Federal (MPF-ES), que ajuizou ação para agilizar o processo. Esta é a última fase antes da publicação da portaria que devolve as terras aos seus verdadeiros donos.

O mesmo ocorre com a comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, que tem 85% dos seus 9,5 mil hectares ocupados pela Aracruz. A portaria de reconhecimento do território foi publicada em 2007, mas foi questionada pela empresa, que obteve vitória na Justiça, gerando a anulação. Em outubro do ano passado, foi aberto um novo processo, que pode levar de dois a três anos para ser concluído. De acordo com o Incra, Linharinho aguarda a finalização do Levantamento Fundiário, a elaboração da planta georreferenciada e o cadastro das famílias.

Em situação semelhante estão as três comunidades de Roda d'Água (Roda d'água e Morro da Onça; Córrego do Alexandre e Porto Grande) e as quatro comunidades da Bacia do Rio Angelim (Angelim 1, Angelim 2, Angelim 3 e Angelim Disa), das quais os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), etapa inicial do processo de titulação, ainda estão sendo elaborados.

A comunidade de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, teve seu RTID publicado. O Incra aguarda finalização do prazo dos trâmites para que seja encaminhada a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território.

Em 2012, para a regularização fundiária, também foram publicadas as portarias das comunidades de São Jorge e Serraria/São Cristóvão, no norte do Estado; de Retiro, em Santa Leopoldina, e São Pedro, em Ibirapu, também no norte. Ações de desapropriação para áreas da comunidade do Retiro já foram ajuizadas e, com isso, há a possibilidade da titulação das terras atualmente ocupadas pelos quilombolas. A comunidade de Serraria/São Cristóvão espera o ajuizamento das ações de desapropriação; e São Pedro aguarda a desapropriação dos imóveis sobre as terras ajuizadas neste ano.

Em dezembro de 2013, a Justiça Federal acatou pedido do Ministério Público Federal (MPF-ES), em ação civil pública, e determinou o pagamento, pelo Estado, de R\$ 100 mil às famílias da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra. O valor é referente a danos morais coletivos praticados pela Polícia Militar durante uma operação que culminou com a prisão arbitrária de pelo menos 32 quilombolas. A decisão aconteceu quatro anos após a operação policial que marcou um dos episódios mais violentos de agressões e humilhações aos quilombolas do norte do Estado.

Para a operação, realizada em novembro de 2009, no governo Paulo Hartung (PMDB), o Estado disponibilizou um verdadeiro aparato de guerra para prender os quilombolas, com cerca de 100 policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME), da 3ª Companhia do Batalhão Militar do Meio Ambiente (BPMA) e de três grupos da 5ª Companhia Independente, além do apoio de milicianos da Garra – segurança armada da Aracruz Celulose (Fibria).

Contra os quilombolas, havia uma acusação de roubo de eucalipto, mas sequer houve

CONT.



apreensão de madeira. Os policiais também não tinham mandado de prisão ou estado de flagrante delito o que, segundo a juíza federal Mariana Carvalho Bellotti, por si só, já é ilegal. Como agravante, não ocorreu a comunicação imediata das prisões ao juiz competente, ao Ministério Público e às famílias dos presos ou pessoa por eles indicada.

Segundo a Comissão Pró-Índio, entidade que também atua em favor da luta quilombola no Brasil, a primeira titulação de uma terra quilombola deu-se somente sete anos após a promulgação da Constituição, em novembro de 1995. Nos últimos anos, a situação não melhorou. Atualmente, apenas 196 comunidades quilombolas contam com o título de propriedade de seu território, número que representa 6% da totalidade estimada pelo movimento social (3.000 comunidades). O que comprova uma atuação governamental ainda muito aquém do necessário para garantir o direito à terra previsto na Constituição Brasileira e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Fonte: Any Cometti, Século Diário

Projeto propõe criação de Centros de Integração Federal Quilombola
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.01.2014



Moradias precárias e dificuldade de subsistência são problemas recorrentes em comunidades quilombolas. Foto: MPF/BA

Unidades poderão ser criadas em todas as comunidades quilombolas do país e oferecerão serviços de educação, lazer, saúde e inclusão digital

Any Cometti, Século Diário

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 113/2008 propõe a criação de Centros de Integração Federal Quilombola em todas as comunidades remanescentes de quilombos no país. Nesses centros, as comunidades terão acesso a educação básica e profissional, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de serviços de saúde e inclusão digital.

O projeto determina que o patrimônio desses centros será constituído, além daqueles bens adquiridos por conta própria, por doações da União, dos estados, dos municípios e de outras entidades públicas e particulares. A implantação de cada Centro ficará sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei 9.962/2000, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional.

O projeto, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), é chamado de "Quilombo do Amanhã" e, para o autor, será uma forma de garantir melhores condições de vida e capacidade de reestruturação a esse povo, além de promover a inclusão social dos quilombolas.

CONT.



A proposta já foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e está pronta para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após o parecer, será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Estado

No Espírito Santo, os quilombolas sofrem há anos um processo de exclusão e repressão. Embora a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68, garanta aos quilombolas a propriedade definitiva das terras que ocupam e a reprodução física e cultural de suas comunidades, afastados os constrangimentos e as ameaças, não é o que ocorre no País, nem no Estado, onde o conflito instalado principalmente pela Aracruz Celulose (Fibria) no território do antigo Sapê do Norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, relegou a essas comunidades uma situação de miséria e profundas dificuldades de subsistência. Além dos extensos eucaliptais, o território quilombola no Estado também é ocupado por empresas de álcool e fazendeiros, principalmente da pecuária extensiva.

Até hoje, os quilombolas não conseguiram reconquistar sequer um território no norte do Estado, embora processos de reconhecimento tenham sido iniciados. A demora na regularização da terra da comunidade de São Domingos, no município de São Mateus, pronto para julgamento desde janeiro de 2012, chamou atenção do Ministério Público Federal (MPF-ES), que ajuizou ação para agilizar o processo. Esta é a última fase antes da publicação da portaria que devolve as terras aos seus verdadeiros donos.

O mesmo ocorre com a comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, que tem 85% dos seus 9,5 mil hectares ocupados pela Aracruz. A portaria de reconhecimento do território foi publicada em 2007, mas foi questionada pela empresa, que obteve vitória na Justiça, gerando a anulação. Em outubro do ano passado, foi aberto um novo processo, que pode levar de dois a três anos para ser concluído. De acordo com o Incra, Linharinho aguarda a finalização do Levantamento Fundiário, a elaboração da planta georreferenciada e o cadastro das famílias.

Em situação semelhante estão as três comunidades de Roda d'Água (Roda d'água e Morro da Onça; Córrego do Alexandre e Porto Grande) e as quatro comunidades da Bacia do Rio Angelim (Angelim 1, Angelim 2, Angelim 3 e Angelim Disa), das quais o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), etapa inicial do processo de titulação, ainda estão sendo elaborados.

A comunidade de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, teve seu RTID publicado. O Incra aguarda finalização do prazo dos trâmites para que seja encaminhada a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território.

Em 2012, para a regularização fundiária, também foram publicadas as portarias das comunidades de São Jorge e Serraria/São Cristóvão, no norte do Estado; de Retiro, em Santa Leopoldina, e São Pedro, em Ibirapu, também no norte. Ações de desapropriação para áreas da comunidade do Retiro já foram ajuizadas e, com isso, há a possibilidade da titulação das terras atualmente ocupadas pelos quilombolas. A comunidade de Serraria/São Cristóvão espera o

CONT.



ajuizamento das ações de desapropriação; e São Pedro aguarda a desapropriação dos imóveis sobre as terras ajuizadas neste ano.

Em dezembro de 2013, a Justiça Federal acatou pedido do Ministério Público Federal (MPF-ES), em ação civil pública, e determinou o pagamento, pelo Estado, de R\$ 100 mil às famílias da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra. O valor é referente a danos morais coletivos praticados pela Polícia Militar durante uma operação que culminou com a prisão arbitrária de pelo menos 32 quilombolas. A decisão aconteceu quatro anos após a operação policial que marcou um dos episódios mais violentos de agressões e humilhações aos quilombolas do norte do Estado.

Para a operação, realizada em novembro de 2009, no governo Paulo Hartung (PMDB), o Estado disponibilizou um verdadeiro aparato de guerra para prender os quilombolas, com cerca de 100 policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME), da 3ª Companhia do Batalhão Militar do Meio Ambiente (BPMA) e de três grupos da 5ª Companhia Independente, além do apoio de milicianos da Garra – segurança armada da Aracruz Celulose (Fibria).

Contra os quilombolas, havia uma acusação de roubo de eucalipto, mas sequer houve apreensão de madeira. Os policiais também não tinham mandado de prisão ou estado de flagrante delito o que, segundo a juíza federal Mariana Carvalho Bellotti, por si só, já é ilegal. Como agravante, não ocorreu a comunicação imediata das prisões ao juiz competente, ao Ministério Público e às famílias dos presos ou pessoa por eles indicada.

Segundo a Comissão Pró-Índio, entidade que também atua em favor da luta quilombola no Brasil, a primeira titulação de uma terra quilombola deu-se somente sete anos após a promulgação da Constituição, em novembro de 1995. Nos últimos anos, a situação não melhorou. Atualmente, apenas 196 comunidades quilombolas contam com o título de propriedade de seu território, número que representa 6% da totalidade estimada pelo movimento social (3.000 comunidades). O que comprova uma atuação governamental ainda muito aquém do necessário para garantir o direito à terra previsto na Constituição Brasileira e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Em RR, indígenas ocupam Secretaria do Índio e pedem saída de gestor
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.01.2014



Foto: Emily Costa/G1

Cerca de 60 índios de quatro etnias pedem saída de secretário estadual. Eles alegam que ficarão no prédio até que o secretário seja exonerado.

Do G1 RR

Cerca de 60 indígenas das etnias Wapichana, Macuxi, Yanomami e Ingarikó ocuparam o prédio da Secretaria de Estado do Índio, localizado no Centro de Produção e Comercialização do artesanato indígena 'Ko'Go Damiama' na manhã desta sexta-feira (17). Eles pedem a saída do atual gestor do órgão, Francisco do Nascimento.

A invasão [SIC] do local ocorreu no começo do dia e foi pacífica. Os indígenas retiraram os funcionários das salas e ocuparam a cozinha e o pátio do prédio. Eles alegam que ficarão instalados no Centro até que secretário seja exonerado e o novo, indicado pelos próprios indígenas, seja empossado.

Outra exigência dos invasores [SIC] é que 48 funcionários, aproximadamente 50% dos membros da secretaria, sejam membros de comunidades e entidades voltadas à defesa e proteção dos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

“A secretaria receberá mais de R\$ 6 milhões durante o ano. A nossa agricultura está falida e as nossas estradas estão abandonados. O governador do estado deixou a desejar e abandonou o nosso povo. Trouxemos comidas e redes. Ficaremos aqui até que nossas reivindicações sejam atendidas” disse Rondinele Moraes, secretário geral da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiur).

Outro lado

Nascimento, empossado em outubro como gestor da secretaria, conta que foi surpreendido pela manifestação e que o movimento que pede a exoneração dele é pequeno e composto por apenas dois representantes de comunidades indígenas. Ele afirma que nunca recebeu nenhuma notificação oficial sobre insatisfações quanto à gestão dele.

“Não há representatividade no movimento que pede a minha saída. O cargo que ocupo é uma função de confiança do governador. Tenho apoio de diversas comunidades e nunca recebi nenhuma reclamação oficial sobre a minha atuação”, explicou.

“Por que uma vaca vale mais que um índio”

SÍTIO CIMI, 18.01.2014

“Não precisamos de um braço armado do Estado, mas da sua mão protetora”



Criado em 1972, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. No ano passado, a Rel-UITA e o CIMI decidiram articular ações de denúncia e de sensibilização internacional sobre a situação dos povos indígenas no Brasil. Dialogamos recentemente em Brasília com Cleber César Buzatto, secretário executivo do Conselho, para entender quais são os principais motivos da violência exercida contra estes povos.

- Qual é a situação dos povos indígenas no Brasil?

No Brasil vivemos um momento de extrema apreensão e de preocupação com relação aos direitos e à sobrevivência dos povos indígenas, consciência esta gerada graças à mobilização organizada pelos próprios indígenas.

A violência que os índios sofrem não é recente, sendo fruto de um processo sistemático de ataque aos direitos dos povos e às suas comunidades, dirigido não só contra o indivíduo, mas também contra os direitos garantidos aos povos indígenas, principalmente aqueles relacionados com a questão territorial consagrados na Constituição da República de 1988.

- Você considera que o principal combustível para esta violência é a impunidade?

Sem dúvida, a questão da impunidade é central porque alimenta e retroalimenta a violência contra os povos.

O motivo real do ataque aos direitos constitucionais é o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro, que prioriza a produção e a exportação de commodities, o que potencializa a disputa pelo território, pela terra, pelo espaço para a sua produção.

- Você está se referindo à expansão das fronteiras agropecuárias que invadem os pequenos produtores e os próprios povos indígenas?

Exato. Esse modelo de produção avança por ter ganhado força e por estar focalizado na produção de commodities, na monocultura, destruindo a pequena agricultura camponesa e a produção de alimentos.



Neste cenário de grandes interesses econômicos, os povos indígenas também sofrem o abuso de um modelo produtivo que se impõe combinando políticas públicas e ações extremadamente violentas.

O extermínio da floresta. O extermínio de seus habitantes

- Indígenas expulsos de suas florestas...

Quando os povos indígenas são atacados, também é atacada a floresta, e vice-versa. A bancada ruralista – que representa os interesses dos grandes proprietários de terras – promoveu mudanças dramáticas no Código Florestal, mesmo indo contra 96% da opinião pública do Brasil.

A partir desse momento, exacerbou-se o ataque aos povos indígenas e aos povos quilombolas, vistos pelos “ruralistas” como obstáculos para o acesso, posse e exploração de novas terras para o desenvolvimento do agronegócio.

O atual governo foi o criador deste projeto que tem um perfil de ultradireita. Seus representantes chegaram inclusive a dizer que quem se opusesse às mudanças no Código Florestal estaria defendendo os interesses internacionais. E esta estratégia se repete agora com os povos indígenas, acusando-os de serem manipulados por ONGs internacionais.

- Esta situação de perseguição vivida pelos povos indígenas adquiriu uma maior visibilidade em 2013, por meio de múltiplas ações de denúncia e de sensibilização realizadas fundamentalmente em Brasília.

Observa-se que os povos indígenas conseguiram aumentar a consciência coletiva da sociedade com relação a esta questão, graças às suas mobilizações permanentes na defesa de seus direitos. Também se pronunciaram politicamente contra as posições desenvolvimentistas da bancada ruralista, já instaladas no próprio seio do Poder Executivo.

A população originária. O colonialismo histórico

- Quantos indígenas existem atualmente no Brasil?

Segundo o último censo do IBGE, de 2010, são 896 mil indivíduos em 305 povos distintos, espalhados por todas as regiões do país e possuidores de uns 274 idiomas. O Brasil é o país com o maior número de povos indígenas do mundo. A Bolívia possui o maior número de indivíduos indígenas, mas em apenas dez povos.

- Qual é a postura da presidenta Dilma Rousseff?

A Dilma só recebeu os indígenas em uma ocasião, no momento das enormes mobilizações urbanas, ocorridas em junho e julho do ano passado, quando ela abriu sua agenda para os movimentos sociais, sindicatos, movimentos sem-terra e líderes dos povos indígenas.

CONT.



Entretanto, devemos admitir que a nossa frustração é enorme. Sentimos uma insatisfação profunda, devido a uma clara percepção de que o governo optou por favorecer os setores econômicos historicamente inimigos dos povos indígenas.

Extermínio pela fome. Extermínio pela bala

- Seria simplista resumir que a máquina repressora é o vínculo mais frequente entre o Estado e os povos indígenas?

Infelizmente é assim. Como casos emblemáticos, temos o povo Munduruku, que sofreu um ataque no dia 7 de novembro de 2012 por parte da Polícia Federal, com poder de fogo muito forte, na Aldeia Teles Pires, Pará, divisa com o Mato Grosso. Nessa ocasião morreu um integrante desse povo.

Em 2013, durante a luta pela reintegração das terras do povo Terena, novamente a Polícia Federal junto com a Polícia local assassinaram o jovem índio Oziel Terena, em Mato Grosso do Sul.

No primeiro caso as forças policiais atuaram em defesa de uma política desenvolvimentista, e no segundo caso como repressão na recuperação das terras pelo povo indígena. É importante esclarecer que o povo Terena ocupou suas terras tradicionais, por estarem cansados de esperar pela definição do processo de demarcação das terras, que já dura quase 20 anos.

O que precisamos não é do braço armado do Estado, mas de sua mão protetora. Entretanto, lamentavelmente, o que vemos do Estado é a sua força bruta.

- Por que o ditado "uma vaca vale mais que um índio"?

Porque uma vaca ocupa mais espaço por hectare que um índio, e são milhões de vacas só no Mato Grosso do Sul. Para os ruralistas, a vaca "deles" vale mais do que a vida dos indígenas.

- Quais são as expectativas do CIMI?

Temos forte convicção de que os povos indígenas vão intensificar esta luta. Na ditadura militar foi possível desarticular e vencer o "projeto integracionista" segundo o qual em 2000 já não haveria mais povos indígenas no Brasil.

Agora os povos indígenas estão organizados e lutam. Naqueles anos da ditadura eram 250 mil índios e eles conseguiram acabar com essa política integracionista abolindo-a da Constituição de 1988, conquistando seus direitos e o reconhecimento do Estado aos usos, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como o direito às suas terras.

Apesar da demora em se aplicar as disposições constitucionais e a intensidade dos enfrentamentos com os ruralistas de todo o país, inclusive com mais intensidade que em épocas passadas, acreditamos que os povos indígenas conseguirão enfrentar os seus inimigos e mais uma vez sairão vitoriosos.

Rel-UITA

Brigada de Solidariedade aos povos Guarani Kaiowá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.01.2014



A Brigada de Solidariedade aos povos indígenas Guarani Kaiowá aconteceu nos dias 6 a 16 de janeiro percorrendo várias aldeias do Mato Grosso do Sul, conhecendo a realidade de diversas etnias como Guarani, Kaiowá, Guató, Kadiwéu e Terena. O objetivo é somar na luta em defesa das comunidades indígenas, mas pra isso era necessário esse primeiro momento de contato onde entenderíamos melhor o que passam esses povos na luta por suas terras de origem, seus direitos básicos e suas vidas.

A realidade que vivem hoje os indígenas do Mato Grosso do Sul é cruel e desumana. As famílias estão em situação de extrema miséria, sofrendo ameaças cotidianamente dos fazendeiros, lideranças sendo assassinadas, aviões fumigando agrotóxicos por cima das aldeias, dos rios, da floresta, causando a morte de crianças e idosos e colocando em risco a vida de todos.

A principal reivindicação desses povos indígenas é o seu Tekoha, a sua terra sagrada de seus antepassados, que lhes foi roubada pelos fazendeiros com a omissão e permissão do Estado Brasileiro. Na promulgação de nossa constituição, em 1988, foi colocado um prazo máximo de 5 anos pra demarcação das terras indígenas e, mesmo 25 anos após esta data, o governo ainda segue de forma lenta e burocrática, obrigando os povos a se unirem na retomada de seu território tradicional. Para impedir a retomada legítima dos territórios indígenas, os fazendeiros assassinaram mais de 80 lideranças do movimento indígena.

Um dos assassinatos mais cruéis e emblemáticos se deu na aldeia Taquara no dia 13 de janeiro

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

de 2003, quando pistoleiros assassinaram o Cacique Marcos Veron brutalmente na frente de sua família. É uma triste constatação, mas não existe qualquer perspectiva de justiça social no campo: no Mato Grosso do Sul um pé de soja ou cana tem mais valor que uma criança indígena, e uma usina tem mais valor que uma aldeia inteira.

As violações que acontecem principalmente contra os Guarani Kaiowá são ataques à vida desses povos, a essa importante cultura, aos direitos humanos. O clamor é que os movimentos sociais, as ONG's e toda a população se juntem e abracem a causa indígena para que possamos avançar cada vez mais!

Pela agilidade no processo de demarcação e homologação das terras indígenas, basta de massacre!



Maestro cria 1ª orquestra formada por descendentes de escravos do país

SÍTIO G1, 19.01.2014

Música clássica se espalha por áreas pobres da capital do Amapá e é cada vez maior o número de crianças e jovens que se dedicam a um instrumento.

Como um gênio da música clássica chegaria aos ouvidos de uma adolescente da Amazônia? Fantástico: Pensa em Vivaldi, o que você sente quando ouve?

“São loucuras, muitas notas, muito rock, muito pesado”, diz a estudante Yandra Roberta Silva.

O que uma suíte para violoncelo despertaria em uma garota quilombola? “Música desperta um sentimento de amor, de alegria, de emoção”, afirma a estudante Larissa Ramos.

Para que serve um violino em uma palafita? “Fazer com que os alunos alcem voos maiores. Aqui é apenas a plataforma. Daqui o céu é o limite”, afirma o maestro Elias Tavares Sampaio.

Isso tudo acontece em Macapá, às margens do grande rio. O Amazonas é testemunha de um surpreendente projeto de massificação da música erudita. Com uma abrangência e uma rapidez que ninguém esperava, crianças pobres da capital do Amapá ganham a inusitada companhia de um Mozart, de um Bach, de um Tchaikovsky.

Lago dos Cisnes num jorro tropical. É apenas uma das muitas orquestras nascidas no local.

“A grande maioria começou comigo aos 9 anos de idade, há cinco anos. Sempre pensando que, no futuro, eles seriam os multiplicadores para que a gente pudesse criar um sistema de orquestras”, conta o maestro.

Cada um desses garotos integra o exército de músicos do subtenente Elias, do Corpo de Bombeiros do Amapá. “A quantidade de alunos vai crescendo. Então, os meus braços, os braços do sistema, têm que crescer também”, ele destaca.

Um sistema que se instalou onde sobra poeira e lama, onde falta oportunidade. “O Lago da Vaca é um dos bairros mais pobres da periferia. E aqui nós temos um polo do nosso sistema nessa igreja. Têm em torno de 70 crianças, todas de famílias pobres”, explica Elias.

Quem aprende vai ensinando ao outro. Yandra é fascinada por Bach. Mas, para ela, cada grande compositor tem uma personalidade musical. “Bethoven é mau. Um cara muito sombrio, muito cheio de coisas sombrias”, define.

O que acabou iluminando um caminho que ela não conhecia: “Eu não tinha concepção de vida, entendeu? Depois que eu conheci o projeto, eu vivi de novo. Foi a minha vida, a música é a minha vida”, ela diz.



Yandra é parte do milagre da multiplicação de instrumentistas. Mil e quinhentas crianças já aprenderam a tocar. Em alguns casos, com inesperada facilidade.

“As crianças nascem praticamente musicalizadas. Porque dentro do quilombo, eles têm os ritmos chamados batuque e marabaixo”, destaca o maestro.

No quilombo do Curiaú, perto de Macapá, Larissa aprendeu a dançar com o avô, no ritmo do marabaixo.

“É bom demais para eles aprenderem. Vai depender dela, da força de vontade. O pessoal vem aí, ensinando. Pode aprender, e muitos outros mais”, destaca o avô, João da Cruz.

A primeira orquestra quilombola do Brasil não podia deixar de ter uma caixa de marabaixo na percussão.

“Nós só fomos lá no quilombo e juntamos a orquestra com o veio artístico natural deles”, diz Elias.

O que a nova violoncelista achou? “Foi o máximo. No primeiro dia que a gente tocou uma música, ficou muito bom”, diz Larissa.

“Algum maestro pode até dizer: ‘mas você está tocando Vivaldi com caixas de marabaixo?’ Por que não?”, questiona Elias.

E por que não entrar tocando tango nos alagados de Congós, na periferia de Macapá? Por que não Luiz Gonzaga com a regência coletiva da plateia? Por que não criar orquestras mesmo sem dinheiro, mesmo sem instrumento para todo mundo?

“Uma orquestra com o que tu tens. Tu tem que fazer música com aquilo que tu tem”, afirma o maestro.

Uma orquestra imaginária com instrumentos de isopor é a nova façanha do projeto. “Eles fazem a brincadeira do arco. Ponta, talão, meio, aquele negócio todo. Mas o objetivo mesmo é que o aluno tenha conhecimento do instrumento sem tê-lo”, explica Elias.

A aula é optativa. Mas a iniciação da escolinha pública está sempre lotada. Com os pais acompanhando da porta, muito mais que ensino musical. “Conceito de harmonia, obedecer a quem está à frente. É uma gama de informações”, destaca o maestro.

A professora Elisângela é a mãe de Abner e Ezequias, a quem dedica tudo o que lhe é possível. “Não posso dar riqueza, às vezes não é o de melhor, que eu sei que eles merecem. Mas o que eu tenho, que o meu pai me deu, eu tenho que passar para eles da melhor maneira possível”, afirma.

Ao ensinar o filho a tocar, Elisângela viu o talento aflorar na música preferida do violinista de 10 anos.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Quando Vivaldi ecoa nos barracos do bairro pobre, a aspiração do garoto vai muito além de Macapá. "Quero tocar na orquestra de Berlim", diz Abner.

"Um dia eu ei de ver meu filho brilhar. Muito, muito. Eu ouço as músicas e fico imaginando ele tocando, as pessoas vendo, aplaudindo, e eu falando: 'esse é meu filho'", diz Elisângela.

O maestro Elias também se alimenta da esperança dos alunos e dos pais. Mas se um dia a orquestra de Berlim aparecer na vida de alguém, será apenas a consequência de uma conquista muito maior.

"Existe a oportunidade. Para você ser qualquer profissão, você tem de ser cidadão primeiro. Tem de ser responsável, tem que estar no horário, tem que obedecer às regras, então é isso que a gente pensa, usando a ferramenta música", diz Elias.

Como não se vive sem sonhos, o do maestro, embora possível, tinha mesmo de ser imenso como um grande rio.

"O meu sonho é que em cada escola pública do estado do Amapá tenha uma orquestra", conta, emocionado, o maestro.



Desarmem os índios! Desarmem os ânimos!

SÍTIO A VERDADE SUFOCADA, 19.01.2014

Ernesto Caruso

As recentes tensões ocorridas nas aldeias da Terra Indígena Tenharim, em Humaitá, no sul do Estado do Amazonas, são o resultado da desastrada, impatriótica e segregacionista política indigenista em especial dos governos Collor e do PT/Lula/Dilma; no bojo as cotas raciais.

Fevereiro de 1989, Altamira, Pará, à beira da Rodovia Transamazônica. Uma índia ameaça com facão o presidente da Eletronorte em plena reunião onde se expunha o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, cena que foi divulgada pelo mundo a demonstrar o nível de animosidade presente. Ninguém foi ferido, mas as fotos demonstraram a expressão de pavor da "vítima". Imagine-se na pele do alvo e dos seus vizinhos, sentados à mesa, acuados, com medo.

Já em 2010, a reação indígena foi mais agressiva na reunião havida em Altamira, em ginásio lotado, quando o engenheiro Paulo Rezende da Eletrobrás tratava do mesmo projeto. Ao final da apresentação os indígenas armados de facões e bordunas cercaram o engenheiro e dançaram por vários minutos, o agrediram, resultando profundo corte no braço feito por facão, sem que o agressor fosse identificado e preso. Reflita. Ponha-se no lugar da vítima; trabalhador que recebeu aquela tarefa pacífica e passou por momentos de dor e medo.

Em junho de 2013 na Fazenda Buriti, Sidrolândia, MS, um índio atira contra a polícia em conflito que durou 8 horas; resultado, índio atingido e morto; mais revolta, irritação e animosidade entre brasileiros, mestiços que são. Destruição de propriedades construídas ao longo de gerações.

Aberração foi o assassinato, sob tortura, cortes na cabeça por facão, esvaindo-se em sangue e filmado, como disse o governador do MS, diante de ministros e parlamentares, "O índio que filmou foi vender o vídeo.". Chocante. Veja na internet http://youtu.be/iH_eumqsNDc Triste fim do aposentado, amarrado pelas mãos nas costas, implorando por sua vida, Arnaldo Alves Ferreira de 68 anos proprietário de 30 hectares em Douradina, MS. Área que bem poderia servir de módulo agrário a ser considerado por indígena, mas que fosse bem assistido pelo poder público o que não tem ocorrido.

O embate em Una deixou ferida a jovem Nadiele Nogueira, grávida, 18, durante a invasão da fazenda Santa Maria, maio de 2012, atendida no hospital de Itabuna/BA.

A tendência é de agravamento na disputa pela terra.

Em Mato Grosso do Sul os fazendeiros fizeram um leilão para angariar fundos visando a contratação de firmas de vigilância, mas tiveram os recursos retidos por decisão da Justiça (?).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Inconformismo com o descaso das autoridades foi a reação de aproximadamente 300 habitantes de Humaitá/AM, segundo noticiado, invadiram as aldeias de Tenharim em busca de três não índios desaparecidos. Também destruíram o posto de cobrança de pedágio mantido pelos silvícolas há sete anos na Transamazônica. Outra distorção na administração pública.

Incoerência na ação da autoridade policial ao admitir por tanto tempo essa atividade ilegal e extorsiva do direito do cidadão, e por outro lado combater o que fazem os traficantes ou milícias nas favelas a cobrar "taxas de serviço".

Basta. Não é possível continuar nessa guerra de secessão alimentada pelos internacionalistas e omissão do governo central responsável pela gestão do tema indígena em sucessivos equívocos e manutenção da FUNAI no rumo do quanto pior, melhor.

Tentativa de Homicídios na Fazenda Morro Preto, em Verdelândia – MG, contra Comunidade Quilombola Nativa do Arapuim
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2014



No dia 18 de janeiro, último sábado por volta das 14 horas, 12 a 15 pistoleiros encapuzados armados e a mando do fazendeiro João Dias Junior, vulgo Joãozinho Dias, invadiram a fazenda Morro Preto em Verdelândia – MG, Norte de Minas, onde chegaram em caminhonetes e estavam fortemente armados, mandando os quilombolas deitarem no chão, atiraram sem direção, distribuindo pancadas, procurando atingir quem tivesse pela frente. Usavam os

jagunços armas de grosso calibre, com o objetivo inequívoco de matar os quilombolas, inclusive o Presidente da Associação Quilombola de Arapuim, Waldomiro, este que se encontra ameaçado de morte, cujo pedido de proteção fora encaminhado em dezembro de 2013, para ser incluído no Programa de Proteção de Defesa dos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal.

Segundo informações do Superintendente do INCRA, nesta data, a fazenda onde ocorreu o atentado, parte dela faz parte da área conhecida como área pertencente da comunidade quilombola Brejo dos Crioulos, que foi objeto de assinatura de Decreto no final do ano passado pela Presidente da República, que reconheceu, após estudo antropológico, como território de remanescentes quilombolas.

Tais fatos deixaram feridos a balas: o vereador de Verdelândia “Zé Gato”, que fora atingido pelos projéteis, atingindo mão e ombro correndo risco de morte tendo se submetido a cirurgia de urgência encontra internado no Pronto Socorro de Montes Claros. O quilombola de nome Gustavo tomou um tiro, cuja bala está alojado no pulmão, encontrando-se internado em risco de morte, no Hospital de Verdelândia. A quilombola, de nome Maria José Prado, de 62 anos de idade tomou tiro no queixo, junto com outras 11 pessoas, também feridas e espancadas cruelmente pelos capangas e jagunços do fazendeiro João Dias Junior. Importa dizer que estes últimos por serem quilombolas sequer ficaram internados no Hospital de Verdelândia, pois que liberados, muitos deles gritando de dor.

No total são aproximadamente 11 quilombolas feridos, todos integrantes da comunidade quilombola Nativas do Arapuim que segundo relatos da Polícia Militar, todos foram agredidos pelos encapuzados,

A Comissão de Direitos Humanos da OABMG, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais – NCST, Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra de Minas Gerais e outras entidades como a Comissão Pastoral da Terra – CPTM/MG, Comissão de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, CAO – Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais acompanham o caso.

WILLIAN SANTOS - Presidente da CDH/OAB-MG - (31) 9645 6133

ELCIO PACHECO - RENAP/CPT - (31) 9767 3596



UFRPE aprova projeto de R\$ 930 mil para pesquisa sobre inseticida ecológico em comunidades quilombolas de Pernambuco e do Amazonas

SÍTIO UFRPE, 20.01.2014

O professor Claudio Augusto Gomes da Câmara, do Departamento de Ciências Moleculares da UFRPE, teve um projeto aprovado no edital do Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio (CT Agronegócio) do CNPq, na linha 01 – Produção Sustentável, no valor de R\$ 933.600,00. O projeto contempla duas bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI-C), com duração de 36 meses cada; e uma bolsa de Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI-A), também com duração de 36 meses.

O projeto aprovado tem o título “Uso de produtos naturais como ingredientes ativos na formulação de inseticidas botânicos para o manejo integrado de pragas nas comunidades Quilombolas em Pernambuco e em São Francisco/Terra Nova no Amazonas”

O PROJETO

De acordo com a Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM), em 2012, a produção brasileira de repolho superou 1,3 milhão de toneladas em 2010/2011. Entretanto, para algumas Regiões do Norte e Nordeste, as perdas agrícolas são bastantes elevadas devido aos ataques de pragas, em decorrências das condições climáticas, que proporcionam rápido desenvolvimento de várias pragas, em especial, *P. xylostella* nos plantios de hortaliças.

É o caso de algumas regiões do Estado de Pernambuco, como por exemplo, das comunidades quilombolas, localizadas no Agreste Meridional no município de Garanhuns PE, onde essa praga tem causado grandes prejuízos aos agricultores no plantio de hortaliças, tais como, couve, couve-flor, brócolis, etc. Outra comunidade agrícola que tem sofrido com essa praga é a de São Francisco/Terra Nova, que está localizada no município do Careiro da Várzea, região metropolitana de Manaus-AM.

A principal forma do controle dessa praga, realizado por agricultores dessas comunidades agrícolas é através da aplicação de inseticidas sintéticos. Infelizmente, o uso indiscriminado desses produtos têm promovido sérios desequilíbrios no ecossistema, como a contaminação do solo e do ressurgimento de populações resistentes. Seguindo dos Estados Unidos, o Brasil é o maior consumidor de pesticidas convencionais do mundo. Esse é um fato preocupante e urge a necessidade do aprimoramento e descoberta de novas técnicas e métodos dentro da filosofia de manejo integrado de pragas.

Como alternativa a estes produtos sintéticos, nas últimas décadas, o uso de inseticidas botânicos tem sido uma alternativa ecologicamente viável. Esses produtos podem ser obtidos de diversas partes da planta e usados na forma de pós, extratos, óleos essenciais e substâncias puras, de eficácia comprovada, alguns já em uso em várias partes do mundo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Considerando a grande dimensão do patrimônio genético que o Brasil detém e as características únicas de seus biomas distribuídos de Norte a Sul do País, é de esperar os Biomas Caatinga, Mata Atlântica e Amazônia como fontes promissoras de substâncias bioativas para o controle de pragas agrícolas. Este projeto de pesquisa tem como objetivo avaliar o potencial inseticida de extratos etanólicos e óleos essenciais de espécies nativas, exóticas e/ou cultivadas pertencentes às famílias Rutaceae, Anarcadeaceae, Myrtaceae e Piperaceae, que ocorrem nestes biomas, localizados nos Estados de Pernambuco e Amazonas.

O projeto objetiva a formulação de um produto renovável e de baixo custo e, ecologicamente viável para ser usado no controle de *P. xylostella*, que ocorre nos plantios de hortaliças das comunidades agrícolas de Quilombolas, em Pernambuco e de São Francisco/Terra Nova, no Amazonas, considerando a filosofia do Manejo integrado de Pragas.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Angra dos Reis - Santa Rita Bracui
Araruama - Sobara
Areal - Boa Esperança
Armação dos Búzios - Rasa*
Armação dos Búzios Bahia - Formosa
Cabo Frio - Preto Forro
Cabo Frio - Botafogo*
Cabo Frio - Maria Joaquina
Cabo Frio - Maria Romana
Campos dos Goytacazes - Aleluia
Campos dos Goytacazes - Batatal
Campos dos Goytacazes - Cambucá
Campos dos Goytacazes - Conceição de Imbé
Magé - Maria Conga
Mangaratiba - Ilha de Marambaia*
Natividade - Cruzeirinho
Parati - Cabral
Parati - Campinho da Independência
Petropolis - Tapera
Quatis - Santana
Quissamã - Machadinha
Rio Claro - Alto da Serra
Rio de Janeiro - Família Pinto (Sacopã)
Rio de Janeiro - Pedra do Sal*
São Fidélis - São Benedito
São Francisco de Itabapoana - Deserto Feliz
São Francisco de Itabapoana - Barrinha
São Pedro da Aldeia - Caveiras / Botafogo
Valença - São José da Serra

Fonte: João Cândido.



Quilombolas de Brejo Grande inauguram casa da farinha coletiva

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 20.01.2014

Mais uma vitória marca a história de resistência do povo quilombola de Brejo Grande – SE. Neste sábado, 18, a comunidade de Brejão dos Negros realizou um sonho antigo: a construção de uma casa de farinha comunitária. O novo equipamento possibilitará, de agora em diante, que além de plantar a mandioca, a comunidade possa processá-la para transformá-la em farinha e em outros produtos, melhorando a renda familiar, gerando melhores condições de vida e mais dignidade para quem vive na localidade.

“Hoje, plantando na roça e beneficiando a mandioca, nós vamos vender e ter maior lucro, aumentando a renda e melhorando a qualidade de vida, que é nosso objetivo”, comemora a líder comunitária Maria Izaltina Silva Santos, ressaltando que a casa de farinha permitirá não apenas a produção de farinha, mas também de outros derivados da mandioca, como o bolo, a tapioca, o e o sequilho. “Também utilizaremos o caldo extraído da mandioca, chamado manipueira, para adubar e proteger nossa terra de formigas”, planeja Izaltina.

Sempre lutando ao lado dos quilombolas, a deputada estadual Ana Lúcia comemorou junto com a comunidade esta importante conquista. Juntamente com o Padre Isaías e a Cáritas, a professora Ana Lúcia apoiou financeira e politicamente a construção da casa de farinha, por meio da concessão de subvenção para a Associação Quilombola Santa Cruz, formada pelos quilombolas de Brejão dos Negros. “Se não fosse pelos nossos parceiros Ana Lúcia, Padre Isaías e o Instituto Braços, não teríamos chegado onde chegamos”, agradeceu a quilombola Maria Izaltina Silva Santos, líder comunitária da região.

Para a deputada Ana Lúcia, a casa de farinha representa muito mais do que um instrumento de trabalho para os quilombolas de Brejão dos Negros. Ela acredita que este equipamento comprova que as terras devolvidas aos quilombolas como forma de reparar um erro histórico passaram a ter uso não apenas para o sustento de cada uma das famílias que nelas vivem, “mas mudaram profundamente a vida destas famílias, resgatando-lhes a dignidade”.

Ana Lúcia reforça que a forma de organização da comunidade também foi profundamente modificada, como consequência da perseguição e da violência sofrida durante as disputas pela terra no local. “A forma como foi conduzida a construção dessa casa de farinha reforça que toda a resistência das comunidades diante da luta pela demarcação das terras na região não foi em vão e mais do que isso: ela sinaliza que essa resistência fortaleceu a comunidade enquanto um coletivo ativo, que não vai mais parar de lutar. Daqui para a frente, a luta será para consolidar a distribuição da terra aqui em Brejo Grande, para fortalecer a união e a organização coletiva dos quilombolas da região”, avaliou Ana Lúcia.

A articuladora do Movimento Nacional de Direitos Humanos em Sergipe (MNDH-SE), Lídia Anjos, que se somou ao povo quilombola pela defesa demarcação das suas terras, lembrou que o primeiro momento que o MNDH esteve nas comunidade quilombolas de Brejo Grande foi

CONT.



em virtude das ameaças e conflitos vivenciados por eles, justamente por conta da luta pela demarcação das terras quilombolas da região. Mas hoje estamos aqui para um momento de festividade, para comemorar uma vitória da comunidade, uma vitória que demonstra o empoderamento de Brejão dos Negros. Diferente do momento anterior, nós agora estamos sendo convidados pela comunidade em virtude da colheita dos resultados da resistência, comemora a assistente social.

História de um sonho

A construção da casa de farinha na comunidade Brejão dos Negros teve início com o esforço coletivo, como conta Izaltina. "Quando recebemos a terra, nós começamos a plantar a mandioca e veio a preocupação quanto à necessidade do beneficiamento. Então cada membro da Associação Quilombola Santa Cruz passou a contribuir com o que podia para a construção da casa de farinha. Foi aí que outros parceiros foram se somando e fortalecendo nosso sonho, como a Cáritas, que entrou com os custos do telhado e a deputada Ana Lúcia, que concedeu a subvenção para nossa associação", explica a líder quilombola.

A construção foi feita de forma coletiva, em regime de mutirão, pelos próprios quilombolas. Com o terreno comprado e construído, um novo empecilho surgiu para a realização do sonho: a energia elétrica não chegava de forma adequada no local onde iria funcionar a casa de farinha. "E outra vez Ana Lúcia contribuiu com a gente. Ela marcou audiência com a Energisa e nós da comunidade pudemos contar pessoalmente nossa história e nossas dificuldades. Depois disso, os técnicos da Energisa vieram até aqui e resolveram o problema da eletricidade", conta Izaltina.

Festividades

Depois de muitos fogos, a comemoração pela inauguração da casa de farinha foi regada a muita música, dança, capoeira e ritos religiosos. A programação teve início com uma missa de ação de graças pela conquista, celebrada pelo Padre Isaías, líder religioso da região que lutou e luta ao lado dos quilombolas em todas as frentes para garantir-lhes a dignidade. Após parabenizar a todos pela resistência e trabalho desenvolvido no local, Padre Isaías lembrou o histórico de luta da comunidade e ressaltou a importância de parcerias importantes para o fortalecimento dos quilombolas e de suas lutas, a exemplo da deputada Ana Lúcia.

A programação incluiu também as apresentações culturais que reforçam a identidade e a resistência do povo negro feitas pelos grupos Maracatu Raízes do Quilombo, de Brejão dos Negros; Pisada do Quilombo, de Brejo Grande; além dos grupos percussão e dança Quilombatuque Dancaiê e da Roda de Capoeira do Mestre Zé Pequeno. O Quilombatuque Dancaiê e a roda de Capoeira são fruto do trabalho desenvolvido pela Rede de Arte Popular no município, iniciativa do mandato democrático e popular da deputada Ana Lúcia. As oficinas são ministradas pelos educadores Cleanes Maia, de dança, Zé pequeno, de capoeira, e João Cocó, de percussão.

Em sua fala durante as comemorações pela construção da casa de farinha, Ana Lúcia destacou que a liberdade só pode ser exercida de forma plena "É uma necessidade humana o exercício

CONT.



de liberdade. Mas a liberdade só acontece quando nós temos terra para plantar, escola de qualidade, moradia decente, a expressão cultural livre, esporte... É isso que nos dá o exercício de liberdade”, destacou Ana Lúcia.

Lídia Anjos reafirmou o compromisso do MNDH-SE com a comunidade para lutas futuras no sentido de consolidar os avanços obtidos pelos quilombolas da região, que incluem a demarcação das terras quilombolas, a maior safra de arroz da história da localidade – na comunidade Resina – e a recém inaugurada casa de farinha. “Nós reforçamos o compromisso de apoiar e trabalhar não pelas comunidades quilombolas, mas ao lado delas”, destacou Lídia Anjos.

Passado e futuro

Thiago Oliveira, presidente do Instituto Braços, organização que também tem cumprido importante papel de apoio aos quilombolas da região, ressaltou que a luta travada pelas comunidades não é recente, e teve início na ancestralidade. Este domingo é conhecido como o Dia Estadual de Denúncia contra o Racismo por ser o dia da morte do líder da resistência dos negros escravizados em Sergipe, João Mulungu. Como ele, muitos morreram no passado para defender o que hoje estamos começando a colher aqui em Brejão dos Negros, lembrou o advogado.

Ele acredita que, além da garantia de dignidade para a comunidade, a construção da casa de farinha é significativa por desafiar o individualismo e dar relevo à noção de coletividade. Com muito enfrentamento e compromisso, hoje colhemos frutos e vitórias que, mesmo numa sociedade capitalista, são coletivas. Isso é muito importante para a construção de uma novo modelo de sociedade e de uma nova forma de pensar e agir, longe da individualidade, defende Thiago.



Feridos em confusão na cidade de Verdelândia são membros de comunidade quilombola

SÍTIO O ESTADO DE MINAS, 20.01.2014

Duas pessoas foram baleadas e outras nove machucadas por coronhadas, socos e chutes na Fazenda da Torta em Verdelândia. O local foi invadido no último sábado por cerca de 20 quilombolas

Os 11 feridos em uma confusão na Zona Rural de Verdelândia, no Norte de Minas, na tarde de domingo, são integrantes da comunidade quilombola Brejo do Arapuim. De acordo com a Polícia Militar (PM), eles foram agredidos por homens encapuzados dentro da Fazenda da Torta, local que invadiram no último sábado para montar assentamento. Duas pessoas foram baleadas e outras nove machucadas por coronhadas, socos e chutes.

Segundo o boletim de ocorrência da PM, por volta de 14h, os quilombolas foram surpreendidos por 10 homens encapuzados e fortemente armados, que chegaram em uma Toyota Hilux e uma Mitsubishi L200. Eles mandaram as pessoas deitarem no chão, atiraram sem direção e distribuíram pancadas. Os homens ainda roubaram dinheiro e celulares dos membros da comunidade e fugiram nos veículos.

A PM foi acionada via 190 e quando policiais do destacamento de Verdelândia e do batalhão de Janaúba chegaram na área, encontraram alguns quilombolas na estrada que dá acesso à fazenda. Eles disseram ter reconhecido, pelo porte físico, um dos agressores, sendo um homem conhecido como "Joãozinho", filho de João Dias que é proprietário do terreno.

Os policiais foram até o local da confusão e as vítimas já haviam sido levadas para o Hospital Regional de Janaúba. Apenas os baleados, José Soares Mendes, 61 anos, e Gustavo Prates Santos, 23 anos, foram encaminhados para o Hospital de Montes Claros. O idoso ficou ferido no braço esquerdo e Gustavo levou um tiro no braço direito. Ao todo, 20 pessoas estão morando no assentamento e durante o tiroteio algumas se esconderam no matagal para escapar os agressores.

Na área do acampamento, os militares um Fiat Uno com o vidro traseiro quebrado, uma moto com o tanque amassado e duas motos sem danos. Na cozinha da casa principal da fazenda foram recolhidos um revólver calibre 38 deflagrado e quatro cápsulas de espingarda calibre 12.

A polícia está apurando a denúncia dos quilombolas sobre a autoria dos tiros. Os policiais foram até um terreno vizinho, chamado Fazenda do Morro Preto, que também pertencem a João Dias. Em busca de suspeitos, os policiais varreram a área, mas não encontraram ninguém. Também foi repassada, para unidades vizinhas, a informação sobre as caminhonetes, porém os veículos não foram encontrados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Quilombolas

De acordo com a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, a comunidade do Arapuim faz parte do grupo Brejo dos Crioulos. O território desses quilombolas se estende pelos municípios de São João da Ponte e Varzelândia, na região Norte de Minas Gerais – mesma área onde fica Verdelândia. Ao todo são 3.000 pessoas reconhecidas como parte dos núcleos populacionais.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

violação do direito quilombolas na Comunidade do matafome

SÍTIO CONAQ-AP, 20.01.2014

Bom dia URGENTE!

Pessoas queria iniciar o ano 2014 dando boas noticias do Amapá, mais não posso fazer isso agora.

Diante mão agradecer oportunidade do Ministério Publico federal através da equipe e do Dr. camões que realizarão uma audiência em novembro de 2013 que desencavaram todo os processos que estavam mais de 10 anos parados no INCRA e os problemas mais emblemáticos nas comunidades quilombolas do Amapá.

Entendemos nesta audiência que precisa em caráter de urgência realizar uma força tarefa para resolver os problema fundiários das comunidades e principalmente de fortalecimento de identidade quilombola.

Desde da semana passada estamos recebendo em nossas comunidades quilombolas que estão com processos abertos no INCRA, uma empresa chamada TERRA que fala que estar com autorização do terra legal do MDA para demarcar terras de fazendeiros, que estão localizados dentro áreas quilombolas essa atuação estar chegando ao extremo de ameaçarem as lideranças e mesmo sem autorização da comunidade eles estão demarcando essas áreas, já chegou o ponto de vias de fatos e ameaças de mortes ontem dona Raimunda se dirigiu a INCRA SR21 e o senhor Mateus queria autorizar a entrada desta pessoas na comunidade.

o que pedimos de imediato que alguém pare com ação dessa empresa e que retome os processos abertos no incra

por favor dee uma definição urgente!

estamos cansado de amorosidade, por favor façam alguma coisa pelos quilombos do amapá

Postado por CONAQ.AP



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Incra deve remover ocupantes de reserva indígena para assentamento

SÍTIO TRIBUNA DO TOCANTINS, 20.01.2014

Operação está desocupando terras dos Awá-Guajá no Maranhão. Objetivo da Justiça é conter o desmatamento na região.

Desde o início deste mês foi montada uma operação para desocupar as terras dos índios Awá-Guajá, no noroeste do Maranhão. O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pretende remover as famílias que ocuparam a reserva indígena para uma área de assentamento. De acordo com a Funai, aproximadamente 300 famílias que estão ocupando a reserva indígena serão notificadas. Objetivo da Justiça é conter o desmatamento na região.No meio da floresta fazendas, vilarejos e posseiros que, por ordem da Justiça Federal, devem ser retirados da reserva indígena. As trilhas abertas por madeireiros para extrair as árvores retiradas ilegalmente do que restou da mata Amazônica no Maranhão.

A operação de retirada dos ocupantes da reserva indígena está sendo coordenada pela Secretaria Especial da Presidência da República a partir de uma base do Exército, montada em São João do Caru, um dos municípios no entorno reserva.

A Força Nacional e a Polícia Rodoviária Federal também estão trabalhando na operação. Oficiais de Justiça estão fazendo as notificações dos ocupantes. O INCRA está adquirindo terras e pretende usar lotes vazios da reforma agrária pra assentar as famílias que serão retiradas da terra indígena, mas, para isso, vão ter que estar no Cadastro Único do governo federal.

Do: G1 MA



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Funed abre inscrições para Colônia de Férias na reserva indígena

SÍTIO FOLHA DO MS, 20.01.2014

A Funed (Fundação de Esportes de Dourados) realiza na próxima segunda e terça-feira as inscrições para a Colônia de Férias 2014 para a comunidade indígena. O evento vai de 27 a 31 deste mês, na Vila Olímpica Indígena. O objetivo é inscrever cerca de 200 crianças das aldeias Jaguapiru e Bororó. As atividades serão diárias das 14h às 18h.

Serão oferecidas diversas atividades, como voleibol, basquetebol, futsal, brinquedoteca, futebol de sabão, cabo de guerra, karaokê, cinema e passeios.

A Colônia de Férias é um programa do Ministério do Esporte, com contrapartida do município e coordenação da Funed. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 9969-4135.

Assecom



Índios guarani são presos por tráfico de drogas entre Caarapó e Amambai
SÍTIO ALÔ CAARAPÓ, 20.01.2014

Dois indígenas residentes na Aldeia Tey Kuê, em Caarapó, foram presos por tráfico de drogas na tarde da última terça-feira, 14 de janeiro, em Amambai.

A dupla, Tiago Martins, de 31 anos e Adélio Vilhalva de Almeida, de 26 anos, foi abordada por uma equipe da PRE (Polícia Militar Rodoviária Estadual) da base operacional de Amambai, quando trafegava pela Rodovia MS-156, trecho que liga Amambai a Caarapó, empurrando uma motocicleta.

De acordo com a PRE, ao vistoriarem uma mochila que a dupla carregava, os policiais encontraram nove tabletes de maconha prensados que depois de pesados totalizaram 4 quilos e 850 gramas da droga. Segundo a polícia, ao receber voz de prisão os indígenas teriam relatado que haviam comprado a maconha por R\$ 100 reais na Aldeia Taquapery, em Coronel Sapucaia, fronteira com o Paraguai e levariam o entorpecente para sua aldeia de origem, em Caarapó.

Encaminhada, juntamente com a maconha e a motocicleta para a Delegacia de Polícia Civil de Amambai a dupla, que teria relatado estar levando a maconha para consumo próprio, foi autuada em flagrante por tráfico de drogas, crime que em caso de condenação acarreta em uma pena que varia de 5 a 15 anos de prisão e permanece presa à disposição da Justiça.

(Com informações: www.questaoindigena.org)



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Ministro da Saúde visita aldeia indígena Zo'é, em Óbidos

SÍTIO O IMPACTO, 20.01.2014

Alexandre Padilha está conhecendo de perto o trabalho realizado na aldeia indígena



Ministro Alexandre Padilha

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, visita os indígenas da etnia Zo'é para conhecer o trabalho de saúde desenvolvido na aldeia. A etnia, de recente contato, possui uma unidade de saúde mantida pelo Ministério da Saúde.

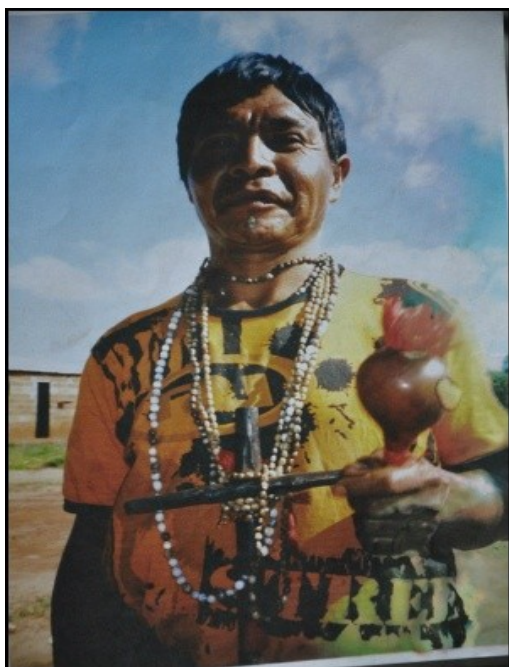
O encontro acontece na manhã desta segunda-feira, dia 20, na terra indígena localizada no município de Óbidos no Pará. Após a visita, o ministro concede entrevista às 15 horas, no Aeroporto Internacional de Santarém.

Fechada empresa de Segurança acusada de matar cacique

SÍTIO JL NEWS, 20.01.2014

O Ministério Público Federal (MPF) fechou, na última sexta-feira (17), a empresa Gaspem Segurança Privada, por atuar sem a licença da Polícia Federal e, ainda, acusada de agir com violência, principalmente em fazendas da região sul do estado, contra indígenas da etnia Guarani- kaïowá. A empresa tem como um de seus diretores o empresário Aurelino Arce, acusado de participar do ataque a Aldeia Guaiviry, localizada entre Ponta Porã e Aral Moreira, em novembro de 2011. Na ocasião, os pistoleiros sequestraram, torturaram e mataram o cacique Nísio Gomes, cujo cadáver nunca foi encontrado.

De acordo com a denúncia do MPF, a Gaspem é um grupo organizado que dissemina a violência contra os guarani-kaïowás. A empresa chegava a receber R\$ 30 mil para cada desocupação violenta, os seguranças eram contratados para intimidar e aterrorizar comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul. Em muitas situações, os vigilantes atuavam sem a devida qualificação, portando armas pesadas e munições, agindo de forma contrária à ordem e à segurança pública.



Corpo do cacique Nísio Gomes nunca foi encontrado.

Ainda conforme as informações, desde 2005 há registros de casos de violência rural com envolvimento da Gaspem. Há relatos de ameaças feitas por funcionários da empresa à comunidade guarani-kaïowá Apyka'i, cujos barracos foram destruídos em incêndio, ocorrido em agosto de 2013, na BR-463. Em 2009, a mesma comunidade teve seus barracos criminosamente queimados, a suspeita é que os funcionários da Gaspem tenham provocado o incêndio, também está sendo investigada o possível envolvimento da empresa nos ataques às comunidades Lagoa Rica, Laranjeira Ñanderu, Ñanderu Morangatu, Sombreiro, Pyelito Kuê e Guaiviry, todas próximas a áreas reivindicadas como tradicionalmente indígenas.

Segundo a investigação da Polícia Federal, dias antes do ataque a aldeia, o empresário Aureliano Arce teria se encontrado com advogado Levi Palmas para planejar a ação, o empresário ficou responsável por arrumar os homens, enquanto que ao advogado caberia a parte logística.

Nísio Goimes

CONT.



Crime nunca foi "concretamente" solucionado, indígenas lutam pela punição aos culpados.

Conforme uma publicação do site "Brasil de Fato", na noite do dia 17 de novembro, o bando se concentrou na Fazenda Maratana. Na ocasião, surge a figura de Aparecido Sanches, braço direito do fazendeiro Cláudio Adelino Gali, que ao lado do patrão repassou armas calibre 12 para os pistoleiros da Gaspem, sob a supervisão operacional do advogado Levi.

No dia 18 de novembro de 2011, pistoleiros comandados por donos de terras cercaram a Aldeia Guaiviry para expulsar os indígenas que ali estavam acampados. Enquanto os pistoleiros seguiam para o acampamento, encontraram o

líder indígena Nísio Gomes seguindo pela trilha que dá acesso ao local. O cacique foi ordenado pelo bando a retirar sua tribo do local, entretanto, ele negou e resistiu. Os fazendeiros então capturaram o líder indígena e o espancaram, em seguida, dispararam um tiro na altura da axila. Sanches, o motorista da S-10, retirou o corpo de Nísio para ocultá-lo em um lugar que nunca foi encontrado.

Aureliano chegou a ser preso pelo crime, após a denúncia do Ministério Público, juntamente com outras 19 pessoas, responderam judicialmente por homicídio qualificado, lesão corporal, ocultação de cadáver, porte ilegal de arma de fogo e ainda corrupção de testemunha. No entanto, foi solto no em setembro de 2012, após decisão proferida pelo desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Antonio Cedenho.

Em setembro do ano passado, o MPF divulgou uma nota sob o andamento das investigações após reportagem publicada por um jornal impresso de Campo Grande. O texto diz que sete réus acusados pelo assassinato do cacique Nísio Gomes, continuam presos preventivamente. Outros 12 réus respondem ao processo em liberdade, favorecidos por liminares judiciais.



Indígena é encontrada morta na aldeia Bororó

SÍTIO TOPMÍDIA NEWS, 20.01.2014

O marido foi detido pela Força Nacional de Segurança. O suspeito foi levado para a delegacia do município de Dourados

Cleia Quevedo, 19 foi encontrada morta na manhã de ontem (19), na casa onde vivia com o marido de 24 anos, na aldeia Bororó, nas proximidades da Vila Olímpica , em Dourados.

Segundo o boletim de ocorrência, a vítima estava em uma festa na região, acompanhada do marido, quando os dois iniciaram uma briga. Após a confusão, o casal deixou o local e foi embora para a casa. Pela manhã, o irmão de Cleia foi até a residência dela, onde a encontrou morta no chão, com um fio enrolado ao pescoço.

O marido foi detido pela Força Nacional de Segurança e alegou que a mulher havia se matado, porém, o perito Walmor Garcia, da Polícia Civil do município de Dourados, relatou que pelas circunstâncias, o crime se trata de homicídio e não suicídio. O suspeito foi levado para a delegacia.



Índios Terena do MS são destaque em livro internacional sobre Educação em Ciências
SÍTIO A GAZETA NEWS, 20.01.2014

Professora da Universidade Federal do Paraná(UFPR) há mais de 20 anos, a doutora Christiane Gioppo acaba de ter um capítulo sobre o trabalho desenvolvido com professores da etnia Terena em aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul publicado no livro Science Education: A Global Perspective, do ICASE (Conselho Internacional de Associações de Educação em Ciências), entidade que reúne associações voltadas à Educação em Ciências do mundo inteiro e que tem sede em Londres.

Publicado na Nigéria, o livro é uma coletânea de artigos de pesquisadores de vários países, entre eles Nova Zelândia, Portugal e Inglaterra. O capítulo sobre os indígenas da etnia Terena é o único trabalho da América Latina divulgado na obra.

No artigo, Christiane, em parceria com Michelle Bocchi Gonçalves, mestre em Educação pela UFPR e que fez parte do programa de educação ambiental aplicado junto aos Terena como voluntária, explica o modelo de formação de professores usado pelo ITTI junto as aldeias indígenas da região do município de Aquidauana.

Sob coordenação da professora da UFPR/ITTI, um grupo de professores indígenas estão elaborando um livro na língua mãe dos Terena. A produção da obra faz parte do Programa de Educação Ambiental (PEA) do projeto "BR-262 – Faço parte desse caminho" que é desenvolvido pelo Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI) da UFPR.

O livro "Lições Ambientais dos Terenas" ensinará as crianças indígenas por meio de poemas, trava-línguas, lendas, mitos e histórias reais. "O material reúne textos produzidos pelos próprios professores das aldeias. É o educador indígena que fala, explica e desenvolve atividades sobre sua própria cultura e não uma pessoa de fora. Ele está produzindo próprio material didático para trabalhar na sua escola", explica Christiane.

O objetivo é contribuir com a disseminação da língua mãe entre aproximadamente 2 mil crianças Terena matriculadas nas séries iniciais de 15 aldeias dos municípios de Anastácio, Miranda e Aquidauana.

A professora da UFPR/ITTI foi convidada para escrever o capítulo do livro Science Education: A Global Perspective pelo próprio presidente do ICASE, Ben Akpan. A publicação já está sendo comercializada em centenas de países.

Artigo

As pesquisadoras Christiane Gioppo e Michelle Bochhi Gonçalves também tiveram o trabalho reconhecido pela Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio), que publicou um artigo sobre o trabalho desenvolvido com os Terena na Revista da SBEnBio, uma das publicações da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Associação que é avaliada e reconhecida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o que significa que a revista tem cunho de pesquisa reconhecido.

BR-262 – Faço Parte deste Caminho

O Projeto de Gestão Ambiental das Obras de revitalização na rodovia BR-262/MS, entre Anastácio e Corumbá, é realizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) por meio do Instituto Tecnológico de Transportes e I Infraestrutura (UFPR/ITTI). A parceria é realizada através de cooperação com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com o objetivo de cumprir as condicionantes para a emissão e/ou manutenção das licenças requeridas por órgãos ambientais.

ITTI

O Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) atua na elaboração, execução e supervisão de programas e estudos destinados à gestão ambiental de obras, especialmente na área de transportes, tais como as rodovias, ferrovias e portos. Com uma equipe técnica formada por professores, pesquisadores, estudantes e profissionais especializados, os projetos da UFPR/ITTI também contemplam aspectos relacionados à gestão territorial, questões socioambientais e quanto ao uso de recursos naturais.

BR-262/MS

Esta publicação foi produzida no âmbito da Gestão Ambiental da BR-262/MS, BR262 – Faço parte deste caminho, como medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Fonte: Assessoria



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Depoimento de Nilcélio Jiahui e de outras lideranças do Povo sobre a situação no sul do Amazonas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=9kxj-yB4pJA

Desde o desaparecimento de três cidadãos na região entre Humaitá e Santo Antônio do Matupi, os Povos Originários do entorno estão sofrendo acusações e represálias. Os Tenharim receberam a acusação direta pelo suposto crime, no entanto diversos Povos como os Pirahã, Parintintin, Juma, Mura, Jiahui, entre outros, vêm sofrendo as consequências do isolamento involuntário imposto pelos manifestantes que alegam insatisfação no processo de investigação do sumiço das três pessoas.

No vídeo da Kanindé, depoimentos de lideranças como Nilcélio Jiahui e aida Elda, Predro e Elton Jiahui.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

I Encontro de Jovens Indígenas do Ceará, entre 07 e 09 de fevereiro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2014



Pela garantia dos direitos dos povos indígenas.
07 a 09 de fevereiro de 2014. Pacatuba - Ceará.

A Juventude Indígena do Estado do Ceará irá realizar o I ENCONTRO DA JUVENTUDE INDÍGENA DO CEARÁ: PELA GARANTIA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.

Será realizado nos dias 07 à 09 de Fevereiro na Aldeia Pitaguary em Pacatuba com a presença 14 povos indígenas do Ceará.

O I Encontro de Jovens Indígenas do Ceará terá o objetivo de promover a troca de experiências entre os jovens das várias regiões do estado, mobilizar e conscientizar os jovens sobre a sua importância no movimento indígena e abordar as demandas relacionadas a juventude indígena.

Ativistas prestam solidariedade ao povo Guarani Kaiowá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.11.2013



Cacique Ládio Veron. Foto Luana Luizy

Por Luana Luizy – Brasil de Fato

“Não morreremos educadamente”, esse foi o slogan que levou 30 ativistas e independentes de Brasília rumo ao Mato Grosso do Sul, no último dia 6 de janeiro, com objetivo de prestar solidariedade ao povo Guarani Kaiowá. O grupo se chama “Brigada em Solidariedade aos povos Guarani Kaiowá”.

“Tivemos nas ruas no ano passado e acreditamos que a luta na cidade se soma à luta no campo”, aponta Thiago Ávila, um dos participantes da brigada. O primeiro dia da viagem contou com visita na Terra Indígena (TI) de Água Bonita, localizada na periferia de Campo Grande. Na aldeia vivem atualmente os povos Terena, Guató, Kadiwéu, Guarani e Kaiowá. Apesar de terem o reconhecimento de 36 hectares no cartório, os indígenas habitam atualmente apenas 14 hectares espalhados em 62 casas.

Como forma de acelerar a demarcação da terra pela Fundação Nacional do Índio (Funai), os indígenas ocuparam mais cinco hectares.” Percebemos que vários outros movimentos sociais também sofrem com a falta de reconhecimento de suas terras, mas pra mim o sofrimento é um só”, afirma o cacique Nito Nelson Kaiowá.

Durante a roda de conversa na aldeia de Água Bonita, o grupo discutiu a diferença entre os conceitos de “reserva” e “aldeia”. Após a Guerra do Paraguai houve o reajuste de fronteiras e terras na região do pantanal e muitos indígenas que estavam dentro de territórios reivindicados por latifundiários foram dispersados e confinados em reservas.

CONT.

Então o conceito
seus territórios c
nas fazendas, urt

Após a visita em
Campo Grande.
começou em 199
passar dos anos
conta com uma
também vive na

Apesar do reconh
escolar que cont
saúde. "Precisam
órgãos como a
Atualmente vive
reivindicam hab
comunidade", reitera Sidney de Albuquerque, jornalista Terena.



os indígenas de
s para trabalhar
ondon.

uza, também em
Marçal de Souza
nistrativa, com o
ea. Hoje a aldeia
mulher do Brasil

de uma educação
sso à moradia e
de indígena nos
a os indígenas.
ar que aí 70%
s utilizado pela

Durante a jornada, os brigadistas puderem desmitificar a visão do índio romântico e perceber que cultura é um processo dinâmico. Os indígenas dentro da cidade não deixam de ser mais ou menos índios por isso. "O homem branco come mandioca, mas ninguém vai lá e diz que ele está deixando de ser branco por comer mandioca, tradição que é herdada dos indígenas, mas quando um índio tá consumindo algum produto tecnológico todos caem em cima dele pra dizer que ele tá deixando de ser índio", comenta o jornalista Rafael Abreu.

CONT.



Indígenas da aldeia de Água Bonita- MS pedem
aceleração da demarcação da terra Foto: Luana Luizy



Dourados

“A reserva de Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo”, vice-procuradora geral da República, Débora Duprat.

Quem chega na cidade de Dourados logo percebe as oligarquias do campo que dominam a cidade, rodeada por usinas de álcool e campos de soja, a região parece esconder uma triste e dura realidade: O maior quadro de confinamento indígena e um dos contextos mais graves de miséria do país. A cidade também registra um dos maiores casos de violência contra os povos indígenas, além de casos de suicídio e alcoolismo.

A visita na aldeia de Jaguapiru só comprova o quadro, logo no caminho as marcas de destruição de uma pedreira dentro da terra indígena já revelam o clima desolador. “Vi que vocês tiveram exploração de uma mineradora aqui na aldeia, queria saber como isso tem afetado o cotidiano de vocês desde então?”, questiona Henrique Dias participante da brigada.

“Já fomos ameaçados. Meu véio ficou surdo por causa da pedreira. A explosão é muito grande... parece que vai rachar a terra. Eu trabalhava e nunca parava, fazia meu artesanato, aprendi com minha mãe, mas agora não posso trabalhar bem, meu braço começa a formigar e preciso parar de trabalhar. Meu ‘véio’ ficou surdo, não vai ouvir mais nunca na vida dele”, lamenta dona Floriza Souza da Silva Guarani Kaiowá.

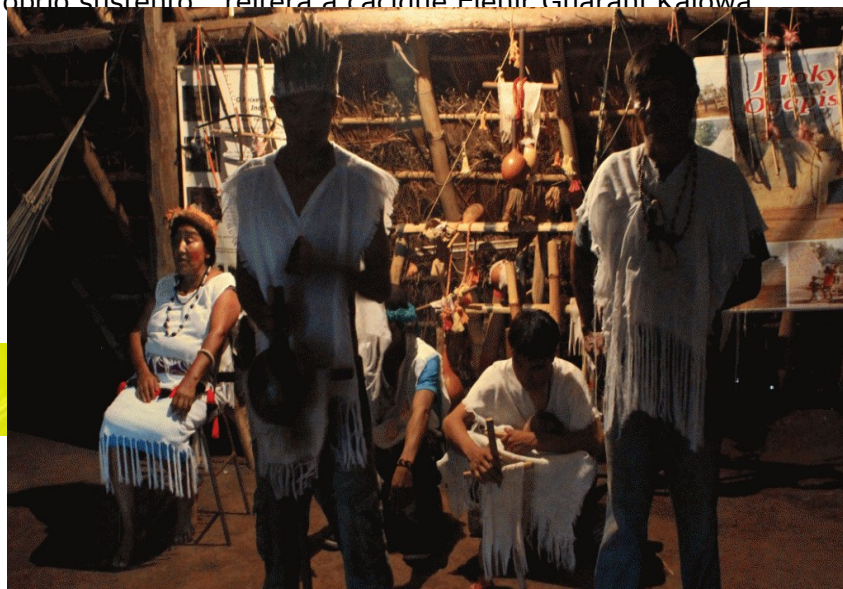
Dona Floriza já sofreu um acidente devido a explosão da pedreira e afirma que foi arremessada pelo impacto. Os indígenas afirmam que as atividades da mineradora Santa Maria LTDA começou a partir de 1970, desde então ela tem provocado danos ambientais e afetado o dia-dia dos povos indígenas.

CONT.

Para saber mais confira o documentário: Flor Brilhante e as Cicatrizes da Pedra

Guerreiras

O protagonismo das mulheres Guarani Kaiowá é percebido na sua autonomia. Em Dourados existe uma Associação de Mulheres Indígenas que vive de doações e oferece cursos de artesanato a indígenas. “Muitas vezes a imagem que passa lá fora é a de que o índio só quer viver de cesta básica, nós não queremos viver de cesta básica, mas queremos condições para termos nosso próprio sustento” reitera a cacique Flenir Guarani Kaiowá.





sofrem com as atividades de uma mineradora
dentro de suas terras Foto: Luana Luizy

Taquara e a luta pela terra

“Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias.

Deus, mesmo, se vier, que venha armado” Guimarães Rosa

A aldeia indígena de Taquara encontra-se a pouco mais de 10 km do município de Caarapó, no sul do estado de MS. Lá, os Guarani Kaiowá travam luta diária pelo reconhecimento de sua terra. Em 2003, o cacique Marcos Verón foi morto brutalmente por agressores contratados por fazendeiro na região.

O monocultivo da soja e cana-de-açúcar tem provocado a especulação e degradação em cima das florestas e terras indígenas no Mato Grosso do Sul, só em 2007 a 2012 foram construídas 27 usinas de álcool no estado. A aldeia dos Guarani Kaiowá em Taquara é um caso bastante emblemático nessa questão, rodeada por canaviais, os indígenas ainda aguardam homologação da terra.

CONT.

Em maio de 2013, os Guarani Kaiowá da aldeia Taquara decidiram retomar cerca de 300 hectares como meio de acelerar a regularização da área. “O ministro esteve aqui na área, mas foi priorizado a terra dos Terena. A gente não sabe como o governo vai fazer em relação ao fazendeiro. Vai demorar pra sair, enquanto isso tem os arrendatários que ficam explorando terra indígena”, afirma a liderança indígena Ládio Veron, filho do cacique morto Marcos Veron.

Lei cria política estadual de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2014



Ministério Público de Minas Gerais - Foi sancionada pelo governador do estado e publicada no diário oficial de 15 de janeiro de 2014, a Lei n.º 21.147, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. O projeto de lei, que tramitava desde 2008 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), voltou à pauta em 2013, a partir de mobilização realizada em torno do tema pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos).

A Cimos, a Coordenadoria Regional das Promotorias de Meio Ambiente das Bacias dos Rios Verde Grande e Pardo de Minas – ambos órgãos do MPMG – e o programa Vereda viva, da Unimontes, realizaram, em 2012 e 2013, nos municípios de Januária, Buritizeiro e Arinos, reuniões temáticas para levantar as demandas das comunidades veredeiras do Norte de Minas. Na sequência, foi realizada Audiência Pública em Belo Horizonte, com a participação de veredeiros, acadêmicos e gestores públicos.

De acordo com o coordenador da Cimos, promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima, nos debates, constatou-se que as diversas demandas careciam de uma solução mais sistemática, de uma política pública específica, e que as linhas gerais de tal política já se encontravam traçadas em projeto de lei em tramitação na ALMG.

Como resultado da Audiência Pública foi redigida a Carta das veredas, solicitando prioridade na tramitação do projeto de lei. A carta foi entregue ao presidente da ALMG, deputado Diniz Pinheiro, e ao presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Durval Ângelo, por uma comissão da qual faziam parte a secretária-geral do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea/MG), Beatriz Moraes de Sá, representantes de comunidades veredeiras e da Cimos. Na comissão de Direitos Humanos da ALMG, o projeto de lei recebeu contribuições do antropólogo Aderval Costa Filho, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do projeto Cidade e alteridade.

Para o coordenador da Cimos, “a Lei n.º 21.147 representa um grande avanço no reconhecimento dos direitos desses grupos, que possuem formas próprias de organização social, utilizando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. O reconhecimento desses povos – que incluem veredeiros, geraizeiros, quilombolas, ciganos, povos de terreiro, vazanteiros, apanhadores de sempre-

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

vivas, entre outros – representa o reconhecimento e a valorização da diversidade sociocultural do nosso estado”.

Paulo César destaca ainda o potencial de transformação social da atuação extraprocessual do Ministério Público. “A ampliação dos canais de participação social, por meio de audiências públicas e outras formas de aproximação com a sociedade, é fundamental para a democratização da atuação ministerial. O desafio agora é buscar a eficácia social desta legislação, para garantir os direitos desses grupos historicamente invisibilizados”.



Incra deve remover ocupantes de reserva indígena para assentamento

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2014

Operação está desocupando terras dos Awá-Guajá no Maranhão. Objetivo da Justiça é conter o desmatamento na região

Do G1 MA com informações de O Estado

Desde o início deste mês foi montada uma operação para desocupar as terras dos índios Awá-Guajá, no noroeste do Maranhão. O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pretende remover as famílias que ocuparam a reserva indígena para uma área de assentamento. De acordo com a Funai, aproximadamente 300 famílias que estão ocupando a reserva indígena serão notificadas. Objetivo da Justiça é conter o desmatamento na região.

No meio da floresta fazendas, vilarejos e posseiros que, por ordem da Justiça Federal, devem ser retirados da reserva indígena. As trilhas abertas por madeireiros para extrair as árvores retiradas ilegalmente do que restou da mata Amazônica no Maranhão.

A operação de retirada dos ocupantes da reserva indígena está sendo coordenada pela Secretaria Especial da Presidência da República a partir de uma base do Exército, montada em São João do Caru, um dos municípios no entorno reserva.

A Força Nacional e a Polícia Rodoviária Federal também estão trabalhando na operação. Oficiais de Justiça estão fazendo as notificações dos ocupantes. O INCRA está adquirindo terras e pretende usar lotes vazios da reforma agrária pra assentar as famílias que serão retiradas da terra indígena, mas, para isso, vão ter que estar no Cadastro Único do governo federal.



Campanha tenta reduzir cáries entre indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.01.2014

Agência Estado - Jamile tem 9 anos e o sorriso escurecido por cáries. Os molares e pré-molares também estão esburacados. Ela é uma índia terena da aldeia Limão Verde, em Aquidauana. Nunca tinha ido ao dentista, apesar de uma profissional do Polo de Assistência Indígena atender ali três vezes por semana. Como outros terenas, Jamile sofre com dores de dente desde cedo – a etnia, apesar de ter mais acesso à saúde bucal, tem maior índice de cáries quando comparada a guaranis e caiovás.

A constatação faz parte de pesquisa que a Fundação Oswaldo Cruz está produzindo no Mato Grosso do Sul, segundo Estado do País em número de indígenas (são 73 mil, ante 178 mil no Amazonas), para traçar o perfil das doenças bucais entre índios. Por um ano, dentistas que já atuam com saúde indígena coletaram os dados de 1,7 mil pessoas das três etnias. O estudo pode ajudar a nortear os cuidados de que eles precisam.

“Há grande diversidade de perfis epidemiológicos dos indígenas em relação à cárie. O quadro é muito heterogêneo”, afirma Rui Arantes, pesquisador da Fiocruz-MS que lidera o estudo. “A saúde bucal acaba sendo um pouco mais negligenciada por ser agravo que não impacta na mortalidade infantil ou materna. Mas é um problema sério. E eles perdem dentes ainda jovens, passam bom período da vida sem se alimentar direito.”

Pelo índice CPO-D, que contabiliza o número de dentes cariados, perdidos ou obturados, os caiovás tinham menos de um dente afetado (0,9). Entre os guaranis, a média ficou em 1,5. Já os terenas alcançaram 2,2, acima da média na população brasileira não indígena (2,07).

“Os terenas têm história de contato que acaba integrando de forma mais rápida com nosso tipo de alimentação. Eles têm nível de escolaridade e de renda um pouco maior que as demais etnias. Têm acesso maior à alimentação industrializada, sem ter os mesmos benefícios que nós temos, como fluoretação na água de abastecimento público”, acredita Arantes.

O dentista Edson Albuquerque Pontes, de 54 anos, que atua em aldeias há três e é um dos treinados para coletar os dados em campo, conta que mais de 70% das cáries são do tipo interproximal – provocadas por restos de comida entre os dentes, onde a escova não alcança.

Envergonhada, Jamile confirma que só escova os dentes quando acorda. Foi feita campanha preventiva sobre a importância do fio dental, com distribuição do item de higiene. “Na nossa visita seguinte, descobrimos que as crianças estavam usando o fio dental para soltar pipas”, conta Pontes. “O desafio é transmitir noções de prevenção”, afirma o dentista.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Meios comunitários aumentam consciência de indígenas e negros em Honduras

SÍTIO DESACATO, 20.01.2014

Novas emissoras privilegiaram a participação de jovens e mulheres, desempenhando um trabalho educativo e cultural

Por Giorgio Trucchi.



A normativa especial para a mídia comunitária recentemente aprovada em Honduras, assim como a criação da AMCH (Associação de Meios de Comunicação Comunitários de Honduras), como estímulo para que organizações sociais e comunidades sejam incitadas a solicitar ao Estado novas frequências ou o reconhecimento daquelas já usadas para transmitir de "forma livre", são elementos que evidenciam a crescente conscientização dos hondurenhos sobre a importância da comunicação e da quebra do oligopólio informativo que existe no país.

É um processo iniciado há vários anos com o apoio e o empenho determinantes das populações indígenas e negras de Honduras, e continuado depois do golpe de Estado de 2009, quando ficou ainda mais evidente a capacidade das grandes corporações de informação de criar "cercos midiáticos" e manipular a realidade que o povo hondurenho estava vivendo.

A Rádio Guarajambala e a Rádio A Voz Lenca AM e FM são três emissoras comunitárias que operam com a coordenação e o financiamento autoadministrado do Copinh (Conselho Cívico das Organizações Populares e Indígenas de Honduras). Criadas com muito esforço e coragem no começo do novo século, essas rádios têm como objetivo principal o trabalho de contrainformação e de comunicação alternativa popular, capacitando as pessoas em temas como a defesa dos direitos humanos, da terra, dos recursos naturais e dos direitos dos povos indígenas.

Sua presença no território da comunidade indígena lenca tem sido fundamental para criar consciência na população sobre as grandes problemáticas que afetam sua vida. Além disso, permitiu quebrar o cerco midiático imposto pelos meios corporativos de informação, e reunir várias comunidades para que defendam seus recursos naturais da investida do grande capital nacional e transnacional", disse Tomás Gómez, correspondente da Rádio Guarajambala, a Opera Mundi.

CONT.



As emissoras comunitárias do Copinh, cujas frequências foram reconhecidas pelo Estado em 2007, privilegiaram a participação de jovens e mulheres, desempenhando um trabalho educativo e cultural fundamental para as novas gerações. “Na nossa programação, não há uma mercantilização da informação. Queremos percorrer caminhos de libertação, reivindicando nosso direito de lutar por nossa cultura, nossa identidade e cosmovisão, pela refundação de Honduras”, afirmou Gómez.

Por estar levando adiante esse trabalho de contrainformação e de conscientização do povo lenca, e promovendo inúmeras campanhas contra os megaprojetos hidrelétricos e de mineração, a Rádio Guarajambala e a Rádio A Voz Lenca sofreram vários ataques e atentados. “Com nosso trabalho diário, enfrentamos o poder político, econômico e judicial, e, por isso, sofremos repetidos cortes de energia elétrica, ameaças e agressões contra locutores e correspondentes, e danos severos aos transmissores e aos equipamentos” lembrou o jovem correspondente.

Entretanto, a repressão não pôde parar o trabalho das emissoras e o Copinh está solicitando 15 novas frequências para várias comunidades lencas que querem levar adiante seu projeto de rádio comunitária.

A Voz de Zacate Grande

Dez comunidades da península de Zacate Grande, na costa sul de Honduras, lutam há mais de 11 anos para que seu direito de viver e de trabalhar na terra onde permaneceram por mais de 80 anos seja reconhecido. Segundo os membros da ADEPZA (Associação para o Desenvolvimento da Península de Zacate Grande), esse direito estaria em perigo por causa da “insaciável voracidade do latifundiário Miguel Facussé Barjum”, cujo nome está ligado ao sangrento conflito agrário que afeta a região de Baixo Aguán, no nordeste do país.

No próximo dia 14 de abril, a rádio comunitária A Voz de Zacate Grande completará quatro anos no ar. Durante esse tempo, a emissora que envolve um polpudo grupo de jovens se transformou em um dos bastiões da luta das comunidades em defesa de suas terras, denunciando a presença de guardas de segurança, policiais e militares, e a repressão feroz desatada contra os membros da ADEPZA.

Também tem sido um amplificador das denúncias contra a criminalização e judicialização do protesto social, que deixou um saldo de dezenas de detidos, presos, atingidos e feridos. De acordo com informações fornecidas por moradores de Puerto Grande, comunidade onde funciona a rádio, atualmente há mais de 90 pessoas acusadas de vários delitos e 45 receberam ameaças de morte.

“A rádio teve um papel fundamental no rompimento do cerco midiático imposto pelos latifundiários. Sabíamos que, nas comunidades, ninguém estava percebendo o que estava acontecendo e como os estavam enganando. Foi por meio da rádio que pudemos alertar a população e reunir mais pessoas para lutar contra o acúmulo e a concentração de terra”, disse Pedro Canales, presidente da ADEPZA.

CONT.



A Voz de Zacate Grande tem sofrido repetidas intervenções militares e sofreu várias tentativas de fechamento e de despejo. Em abril de 2011, os comissários nacionais e internacionais da Comissão da Verdade visitaram a comunidade de Puerto Grande. Durante a visita, puderam escutar os testemunhos de dezenas de pessoas que sofrem sistemáticas ameaças, perseguição judicial e repressão por parte dos corpos repressivos do Estado, os órgãos competentes para fornecer justiça e os guardas privados de Facussé.

“Quero destacar a importância de os jovens da comunidade terem organizado a rádio A Voz de Zacate Grande, porque é um instrumento com o qual podem informar e formar a comunidade. Trata-se de uma luta contra um sistema, contra um Estado que se organiza para proteger uns poucos que pretendem ser donos de tudo. É uma situação que me indigna”, disse, naquela ocasião, a então juíza salvadorenha Mirna Perla.

Quatro anos depois, a rádio está finalmente às vésperas de ter sua frequência reconhecida pelo Estado. “A perseguição contra os jovens e os dirigentes que lutam pela terra tem sido terrível. Eu mesmo sofri vários atentados a tiros, sabotaram meu veículo e me ameaçaram. Nesse sentido, apesar de considerarmos muito positiva a decisão da CONATEL (Comissão Nacional de Telecomunicações) de aprovar uma normativa especial para meios de comunicação comunitários, não podemos esquecer do que nos aconteceu e lamentamos que a CONATEL não tenha feito isso antes”, concluiu Canales.

Movimento social e popular

De acordo com o padre Ismael Moreno, diretor da Rádio Progreso, qualquer projeto de movimento social e popular em Honduras “tem de incorporar uma estratégia para quebrar o cerco midiático e a concentração dos meios de comunicação”, e também para “construir articulações, tanto em um nível interno como nacional e internacional”.

Nesse sentido, uma estratégia de comunicação em redes e a apropriação das novas tecnologias são imprescindíveis para qualquer proposta que pretenda se configurar como uma alternativa ao modelo existente. “Acho fundamental que, nessa conjuntura, as rádios comunitárias possam se apropriar de um poder tão importante como são as frequências de rádio, transformando-as em parte de sua estratégia de luta”, afirmou Moreno.

Carlos Enamorado, coordenador da AMCH e diretor da Fundação Semente, reforçou essa tese, descrevendo a experiência peculiar da Rádio Revelação. A rádio nasceu no marco de um projeto dirigido a fomentar a participação dos jovens da zona rural do município de Curarén, na região central do país. Motivados pelo exemplo da vizinha A Voz de Zacate Grande, dez jovens começaram a realizar um diagnóstico de comunicação da região e, em 2010, decidiram montar sua própria rádio, reunindo um número crescente de colegas.

“Atualmente, a Rádio Revelação tem 150 jovens organizados em coletivos de trabalho, que levam adiante uma estratégia importantíssima de desenvolvimento local e de defesa do território, em um dos municípios mais pobres do departamento de Francisco Morazán”, explicou Enamorado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Para o desenvolvimento e a sustentação do projeto da rádio, em relação à capacitação e formação dos jovens e compra de equipamento, foi fundamental o apoio, entre outros, da Fundação Semente, uma organização que trabalha com quase 400 mulheres camponesas, cujos filhos se envolveram e estão administrando a emissora comunitária, da Rádio Progresso, da Alter ECO (Alternativas de Comunicação) e da Oxfam Internacional.

A permissão para operar entregue pela prefeitura municipal permitiu, desde o início, frear qualquer tentativa de perseguição por parte das autoridades de telecomunicações. "A rádio contribuiu para frear a fuga de jovens para os Estados Unidos, para transformar os processos sociais e os padrões culturais, para falar aberta e publicamente de temas sobre os quais outros meios não falam, informando e sensibilizando a população sobre violência de gênero, sexualidade, defesa do território e dos recursos naturais", afirmou Enamorado.

Um tema que diz respeito a toda a comunidade é a mineração. "Os jovens se informaram, visitaram outras experiências de resistência contra a mineração a céu aberto, realizaram seminários e foram fortalecendo seus conhecimentos para poder se contrapor ao projeto de mineração que pretende-se implementar na região", disse o diretor da Fundação Semente.

O reconhecimento, em agosto passado, da frequência da Rádio Revelação tem dado energia para o trabalho dos jovens. "O que conquistamos nesses meses não apenas nos deu mais força para esta experiência, mas também está fortalecendo todo o movimento de rádios comunitárias e é o início de um processo muito mais amplo, que visa a criar uma nova Lei de Mídia que democratize as comunicações no país", disse Enamorado.

Segundo ele, a nova normativa representa, ao mesmo tempo, uma oportunidade e um grande desafio para as organizações e para as comunidades. "Esperamos que aproveitem esta conjuntura. Na AMCH, vamos continuar promovendo um sistema de meios de comunicação alternativos entrelaçados e encadeados nacionalmente, para, assim, conseguir uma maior incidência na população", concluiu.

Fonte: Ópera Mundi.



Indígenas se unem para pressionar Executivo por secretaria e diesel

SÍTIO REGIÃO NEWS, 20.01.2014

O prefeito invocou as dificuldades financeiras do município e não se mostrou simpático a pauta de reivindicações.

Um grupo de 30 lideranças indígenas que esteve em palanques diferentes na eleição municipal, superou as divergências e se uniu na última quinta-feira para durante duas horas cobrar o prefeito Ari Basso basicamente três reivindicações: a criação da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas e o apoio para as aldeias do município (Lagoinha, Córrego do Meio e 10 de Maio), com o fornecimento de 250 litros de diesel por trimestre e o conserto do trator usado pelas comunidades no cultivo de suas lavouras de subsistência numa área que soma 200 hectares.

O prefeito invocou as dificuldades financeiras do município e rejeitou a pauta de reivindicações. Não se intimidou com as críticas de que sua administração ignora as comunidades indígenas, opinião endossada inclusive pelo vereador Edivaldo dos Santos, de sua base na Câmara, presente à reunião.

Foi uma conversa dura na qual o prefeito não se impressionou com a lembrança de que na gestão passada havia uma coordenação de assuntos indígenas; as aldeias recebiam mil litros de diesel a cada trimestre e que a prefeitura se responsabilizava pela manutenção da patrulha mecanizada doada pelo Governo do Estado há três anos para as comunidades usarem no preparo da terra das suas lavouras de subsistência.

“É preciso autorização da Câmara e ter recursos previstos no orçamento”, disse o prefeito às lideranças, segundo relato do cacique da Aldeia Tereré, Valcélio Figueiredo, para justificar sua decisão de não atender a reivindicação. Os tratores da comunidade estão estragados e só o concerto de um deles, está orçado em R\$ 4 mil.

“Conseguimos feijão com a FUNAI, sem o apoio da Prefeitura não temos fazer o plantio”, argumenta Valcélio. O prefeito, que vetou a emenda de criação de uma assessoria de assuntos indígenas proposta pela vereadora Rosângela Rodrigues no projeto da reforma administrativa, não mostra disposição de criar uma Secretaria como pretende a comunidade terena.

Não haveria recursos no orçamento para sua criação e o prefeito antes de decidir, quer um projeto sobre a estrutura desta secretaria, quais ações poderiam desenvolver. Será avaliada a experiência de Dois Irmãos do Buriti, onde já há muito tempo funciona uma secretaria de assuntos indígenas.

Uniram-se para cobrar o prefeito, além do já mencionado cacique Valcélio Figueiredo, filiado ao PMDB e membro da Executiva Municipal do partido; seu primo, com que divide a liderança da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

aldeia tereré, Maioque Figueiredo, que fez campanha para o PSDB e até semana passada ocupava um cargo na Prefeitura; o cacique da Aldeia Córrego do Meio, Antonio Gabriel; cacique Adão Custódio da Aldeia 10 de Maio (que apoia o PMDB); além dos tucanos, Carlinhos e Gerilson, caciques da Aldeia Tereré; Anita Batista Figueiredo que tinha um cargo na Secretaria de Educação.



Com as mãos sujas de sangue, índios Tenharim negam o crime

SÍTIO O COMBATENTE, 20.01.2014

Conflito entre brancos e índios no sul do Amazonas continua há mais de trinta dias na região, apesar da aparente calma os descontentamentos com os desfechos da operação "Tenharim" desagradam grande parte da população na região. Diariamente nas esquinas, praça pública e mercado municipal, em Humaitá as perguntas são sempre as mesmas. Onde estão os desaparecidos? Porque a polícia federal ainda não solucionou o caso? Porque não prendeu nenhum suspeito até o momento?

Segundo informações colhidas até o momento, mais 400 homens estão participando desta operação que ao que parece vai terminar em pizza, como é comum ocorrer neste Brasil de leis desordenadas criadas para facilitar a impunidade de criminosos por todo o país.

Nossa polícia brasileira de elite parece levar um "baile" dos indígenas 'Tenharim' que conseguiram até o momento esconder três pessoas e um veículo modelo gol em meio a suas reservas florestais. O que parece óbvio desde o início das investigações, a polícia federal até o momento, não anunciou o desfecho das investigações, enquanto isso, o ministério público federal, reprime a liberdade de informação na região e aterroriza a população do sul do estado com sua "caneta de ferro" escrevendo com o sangue de três inocentes que, os índios devem receber uma compensação de R\$ 20 milhões de reais por danos sofridos há mais de 45 anos atrás com a abertura da rodovia transamazônica.

O povo da região sul do estado já não esconde o descontentamento com a impunidade dos supostos culpados pelo desaparecimento do professor Stef Pinheiro 43 anos, do vendedor Luciano Freire, 30 anos e do técnico da Eletrobrás Aldeney Salvador de 40 anos, segundo informações não oficiais ventilados em Brasília pelo jornalista Alexandre Garcia, a polícia federal já sabe que os três desaparecidos foram assassinados e tiveram seus corpos queimados pelos índios Tenharim, porém até o momento o delegado Alexandre Alves da polícia federal não confirmou publicamente o que todos nós, da região já sabíamos.



PF investiga arrendamento de terras indígenas demarcadas no RS

SÍTIO INTERJORNAL, 20.01.2014

Índios recebiam alimentos como pagamento pelo arrendamento das terras. Cacique nega arrendamentos e diz que existiam parcerias com os brancos.

Giovani Grizotti Da RBS TV

Há anos, um embate acompanha a vida de índios e agricultores no Norte do Rio Grande do Sul. No total, 45 mil hectares de terras são disputadas em cidades gaúchas, o que equivale a aproximadamente 45 mil campos de futebol. Entretanto, de acordo com um procurador do estado, a demarcação está sendo motivada na busca para mais terras para arrendamento e não para atender a princípios que a Constituição estabelece, como mostra a reportagem do Teledomingo, da RBS TV.

As denúncias sobre arrendamento de terras indígenas, que é proibido por lei, foram feitas pelo procurador Rodinei Candeia ao Ministério da Justiça. Segundo ele, a prática é comum. "É uma prática generalizada. As áreas onde não há arrendamento é que são a exceção", diz.

A Polícia Federal de Passo Fundo, da Região Norte do estado, investiga o esquema. "Os índios reivindicam diversas áreas de terras que de uma forma direta ou indireta afeta os agricultores e aí chega ao contraponto de existir essas questões relacionadas a arrendamento, que é crime. Então, nós temos a obrigação maior ainda de nos atermos a esses fatos", explica o delegado Mauro Vinicius Soares de Moraes.

Na última semana, uma índia, considerada importante testemunha, prestou depoimento à Polícia Federal e contou que os índios recebiam alimentos como pagamento pelo arrendamento das terras. O procurador da república Ricardo Galha Massia confirma a acusação da mulher. "Isso acaba acarretando um prejuízo para a comunidade, especialmente porque muitas formas de arrendamento que ocorrem estão relacionadas a submissão dos indígenas", conta Massia.

Quatro agricultores e um índio de Cacique Double, na Região Norte do RS, são acusados de envolvimento em arrendamento de terras em uma aldeia da cidade. O crime é de usurpação de bens da união, com penas que podem chegar a cinco anos de prisão. O cacique Valdir Ranke, que está entre os acusados, nega os arrendamentos e diz que existiam parcerias com os brancos.

Segundo o Ministério Público Federal, os acordos de parceira dão aparência de legalidade aos negócios clandestinos. "Esses contratos de parcerias são, em verdade, uma maneira de burlar a vedação ao arrendamento", explica.

O procurador jurídico da Funai em Passo Fundo garante que o órgão combate os arrendamentos e diz que esse de contrato é ilegal. "É importante esclarecer para a sociedade que a Funai é contra arrendamento, entende que a área é disponibilizada à comunidade

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

indígena para que ela faça usufruto e não ceda para particulares", explica Marcelo Zeni.

Entenda o conflito

Em 2004, um grupo de índios, que vivia em uma aldeia em Cacique Doble, na Região Norte do Rio Grande do Sul, acampou em terras de agricultores. Segundo eles, essas terras pertenciam aos ancestrais guaranis. A Fundação Nacional do Índio, Funai, analisa a área para possível demarcação. Na Região Norte do Rio Grande do Sul, 320 famílias vivem em uma área de mais de 4 mil hectares, plantando milho, trigo, erva-mate e eucalipto. Entretanto, elas não sabem até quando vão permanecer no local.



Na elite do futebol, indígenas evitam lutas políticas no Pará e Equador

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 20.01.2014

ELIANO JORGE
DE SÃO PAULO

Dois clubes criados por índios, no Brasil e no Equador, divulgam a cultura dos seus povos, atraem a atenção da mídia e fazem história ao estrearem em campeonatos de primeira divisão em 2014. Mas rejeitam se envolver nas causas indígenas.

No Pará, o Gavião Kyikatejê Futebol Clube tornou-se em 12 de janeiro o primeiro time indígena a jogar na elite de um Estadual. O Mushuc Runa Sporting Club se prepara para debutar no Equatoriano.

As duas equipes nasceram da iniciativa de integrar populações indígenas ao mundo do futebol e permitir que elas se mostrem ao resto da sociedade. Mas ambas evitam se misturar a antigas e recentes lutas políticas.

"Outros tipos de organizações sociais já fazem isso. O nosso é um projeto social, esportivo, financeiro e cultural", disse à Folha o presidente vitalício do Mushuc Runa, o advogado Luis Alfonso Chango.

O cacique Zeca Gavião, que preside o clube paraense, recomenda "cuidado com protestos".

"Tem que saber cobrar. A gente pode constranger pessoas que não têm nada a ver. Futebol não é momento de dizer algumas coisas. Não o usamos como instrumento para isso, não vou ser oportunista", opinou.

O time equatoriano foi fundado em 2003 por indígenas que administravam a cooperativa de crédito Mushuc Runa, em Ambato, cidade de uma importante região comercial no centro do país.

O êxito da gestão e a capacidade de conduzir a equipe para a primeira divisão são a grande bandeira dos seus integrantes. Desde o início, eles queriam provar que os indígenas podiam exercer diversas funções sociais e afastar o rótulo de que se restringiam a agricultura, pecuária e artesanato.

A cooperativa financeira, aliás, surgiu em 1997 para atender as necessidades dos índios, que alegavam ser vistos como camponeses de pouca credibilidade, clientes de alto risco e nada rentáveis. O nome Mushuc Runa significa "homem novo".

A partir de 2005, o clube aventurou-se na quarta divisão do Equador. Na terceira tentativa, subiu. Após três anos conseguiu ascender ao segundo escalão, onde passou duas temporadas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Para não dar vexame na primeira divisão, a partir de domingo, contratou três jogadores argentinos.

Só possui dois atletas indígenas, já que a presença deles não foi prioridade.

Já o Gavião demorou quatro anos para escalar não indígenas.

Nascido em 2008 como time amador da etnia Kyikatejé-gavião para os campeonatos municipais de Marabá, sagrou-se campeão e empolgou a tribo.

O cacique resolveu tentar a sorte na segunda divisão do Paraense. Na quarta participação, em 2013, deixou de ser treinador, aceitou reforços que não eram índios e obteve o vice. Na seletiva para a fase principal do Estadual de 2014, veio a classificação de forma invicta, decidida contra o conterrâneo Águia, da Série C nacional.

Restaram quatro jogadores profissionais indígenas: Aru, que marcou o primeiro gol da equipe no Estadual, Watiwaia, Júnior Suruí e Tássio.

O time estreou contra o atual campeão e maior vencedor do Paraense, o centenário Paysandu, no estádio da Curuzu, em Belém, diante de 2.460 pessoas. Sofreu o gol da derrota por 2 a 1 aos 46 min do segundo tempo. Mas seus cerca de 120 torcedores estavam orgulhosos no ônibus para a viagem de volta de mais de 9 horas.

Na estreia em casa, quarta-feira, no estádio Zinho Oliveira, em Marabá, com público de 1.873 espectadores, a equipe dos índios cedeu o empate por 1 a 1 aos 47 min da segunda etapa. No domingo, como visitante, ficou no empate sem gols com o Cametá.

TRADIÇÕES

A identidade é um conceito fundamental para Gavião e Mushuc Runa.

O time da província de Tungurahua representa "a cultura ancestral dos povos que habitavam o Equador originalmente", disse Chango, que também é gerente geral da cooperativa.

Vestimentas típicas são exibidas no clube. Falam-se os idiomas espanhol e quéchua. Mas os rituais se resumem às festas, e outros costumes dos nativos não foram adotados. "Não há motivo, a maioria [dos jogadores] é não indígena", justificou Chango.

O Gavião adota modelo diferente, mesmo com um elenco de forasteiros. Alguns atletas costumam jogar com pinturas indígenas no rosto, nos braços e nas pernas. "Alguns não indígenas também", disse Zeca Gavião.

"O cacique queria que a metodologia de treinamentos incluísse costumes deles. Deu certo, nosso preparo físico é bom", relatou o diretor de futebol Pedro Correia, se referindo à corrida com tora de madeira sobre os ombros e à esquiva diante de flechas com espuma na ponta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 10./ 2014

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

O time se hospeda e treina na aldeia, a 34 km de Marabá. Mas dispensa as ocas. Dispõe de benefícios urbanos, como construções de alvenaria, saneamento e energia elétrica, além da proximidade com a natureza.

A ideia do clube é fortalecer sua comunidade e divulgar sua cultura. "Mostrar a saga de um povo, que vem lutando desde 1500 contra todo preconceito e discriminação, a falta de espaço", afirmou o cacique.

"Tentamos mostrar paz, mostrar que estamos aqui, mostrar o que somos e podemos ser, que podemos conservar nossa cultura", acrescentou.

O Censo de 2010 contabilizou mais de 800 mil índios no Brasil, o que corresponde a 0,4% dos habitantes. A Funai (Fundação Nacional do Índio) aponta cerca de 220 povos e 180 línguas indígenas no país.

No Equador, 7% da população –mais de 1 milhão de pessoas– se declararam indígenas. Lá existem aproximadamente 30 grupos étnicos com esta origem.